

448ª ROP CONSEMA

00:03:05 Naiana Lanza: Bom dia, pessoal. Sejam bem-vindos ao plenário do CONSEMA. Hoje repaginado, todo iluminado. Então começamos uma nova fase aqui para o plenário. Bom dia, subsecretário Jônatas, neste ato, representando a presidente do conselho, a senhora Natália Resende. Bom dia, Cristiano, bom dia, Mayla, bom dia a todos os conselheiros e conselheiras, demais amigos que nos acompanham aqui, presencialmente, e também pela internet. Tendo sido verificado quórum, a mesa declaro abertos os trabalhos da Reunião Ordinária nº 448 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida e distribuída no prazo regimental a todos e a todas. Informo que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, na página “@semilsp”, e que a presente plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Em continuidade ao Expediente Preliminar, façamos agora a aprovação das atas da Reunião Ordinária nº 447 do Plenário, e também da ata da Reunião Extraordinária nº 103 do Plenário do CONSEMA, distribuída junto a convocatória aos conselheiros e conselheiras, razão pela qual eu peço ao plenário que dispense a leitura. Alguém tem algum comentário sobre as atas? Não, então foi considerada aprovada. Então, passo agora a palavra ao senhor subsecretário de Meio Ambiente, Jônatas Trindade, para suas comunicações e informes do dia. Por favor, secretário.

00:05:00 Jonatas Trindade: Bom dia pessoal. O CONSEMA ficou melhor, mais iluminado. Para quem tem dificuldade para enxergar, tem horas que uma luzinha a mais ajuda. Eu estou tendo uma dificuldade danada para ler, a luz está ajudando muito. Mas trazer um pouquinho do que aconteceu no último mês, até para mostrar o tanto que a gente tem trabalhado, e aí muito mérito das equipes técnicas da Secretaria, da Fundação, de todos envolvidos, da Cetesb. E aí vou falar uma notícia que foi bastante repercutida na imprensa, eu chega arrepio de falar do trabalho que é realizado pela equipe que trabalha no CETRAS de São Paulo. São Paulo exporta para Bahia técnica de implante de penas para salvar araras-azuis-de-lear. Um trabalho fabuloso, uma experiência diferenciada. No dia que saiu a notícia eu fiquei muito feliz de ver esse envolvimento da equipe técnica, que tem uma experiência excepcional nessa técnica. É uma técnica desenvolvida aqui em São Paulo, trabalhada por essa equipe técnica do CETRAS de São Paulo. E fomos lá explicar e capacitar a equipe que cuida das araras-azuis-de-lear lá na Bahia. Nós temos aqui, no CECFAU, que é o nosso Centro de Conservação de Fauna Silvestre de São Paulo, um trabalho de conservação da fauna silvestre, não só de São Paulo, mas do Brasil, e uma dessas espécies alvo de conservação e reprodução com reintrodução na natureza são as araras-azuis-de-lear. Então é um trabalho que é realmente de referência e que a gente conta com uma equipe especializada para fazer esse trabalho. A Fundação Florestal e a USP lançaram também um estudo inédito para medir carbono nos manguezais de São Paulo, dar os parabéns à Fundação por esse trabalho que tem sido feito, não só em relação à questão do carbono, mas na questão da restauração, o combate à exóticas nos nossos manguezais aqui de São Paulo. A fiscalização ambiental também tem ganhado musculatura com apoio de satélites e tecnologia para que a gente possa aferir e acompanhar os ilícitos ambientais no Estado e, logicamente, atuar de uma forma muito firme junto com a Polícia Ambiental no Estado. A SEMIL também foi premiada por pesquisa que pode gerar 4.2 bilhões ao agro paulista, é um projeto desenvolvido no Biota Síntese, que tem uma lógica de polinização, o tanto que os polinizadores contribuem para o agro, mostrando a importância não só da flora, mas da fauna de entorno, de empreendimentos agropecuários. O São Paulo Sem Fogo também lançou um curso inédito para orientar resgates de animais em incêndios, isso é um trabalho feito pelas diretorias e

pela Fundação. Então tem um esforço da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental, um esforço da Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia da Secretaria, e um trabalho conjunto com a Fundação Florestal. Nós tivemos, recentemente, um incêndio florestal no Parque Estadual do Juquery. Então a importância do alerta ao risco dos incêndios florestais neste período de seca. Nós estamos agora num momento em que a temperatura aumentou no interior do estado, os ventos também aumentaram significativamente e houve uma redução significativa também da umidade. Então é um momento de muita atenção. Nós temos atuado de uma forma muito forte para que a gente consiga prevenir e conter os incêndios que tem ocorrido no Estado de São Paulo. Recentemente, também devolvemos à natureza um tamanduá bandeira que foi reabilitado também no CETRAS, agora no CETRAS de Registro. Nós temos fortalecido essa agenda de devolução. Nós temos um programa de refaunação estabelecido aqui no Estado de São Paulo e esperamos que a gente consiga avançar cada vez mais levando esses animais, retornando à vida, à natureza. Destacar também um fórum de economia circular realizado em São Paulo, com um polo estratégico para um modelo sustentável, que tem sido trabalhado de uma forma muito forte essa agenda, pela Diretoria de Educação Ambiental e outros atores que tem colaborado nesse processo. Também lançamos recentemente inscrições para intercâmbio virtual com o Japão. Nós temos um convênio com a Aichi e tem sido uma referência de troca de experiências em educação ambiental. Recentemente entregamos três consultórios veterinários do programa Meu Pet, o Pet Container, na região de Campinas. Nós temos um conjunto grande de entregas sendo realizadas, desde junho até agora. Vamos completar 16 Pets Container entregues só nesse período de junho até setembro, mais ou menos no final de setembro, que é nossa expectativa e pretendemos entregar mais 16 ainda no decorrer do ano, até o início do ano que vem. Uma agenda forte de cuidados com os animais, em especial cães e gatos. Também iniciamos a nova etapa do Integra Resíduos, com foco em soluções regionais na integração das soluções regionais. Também entregamos recentemente uma lancha modernizada na travessia de São Sebastião, o compromisso da prestação do serviço público de forma qualificada que o Estado tem promovido. Além disso, a CETESB tem trabalhado muito forte na regularização da malha rodoviária estadual, em especial aquela concedida, que estava operando sem licenciamento ambiental. Então, é um processo contínuo de melhoria da gestão desses empreendimentos que merecem o olhar da CETESB para melhor gestão ambiental. O Porto de São Sebastião conquistou um selo prata na gestão de emissões de gases de efeito estufa. Então, São Sebastião tido esse foco e esse cuidado ambiental também, o Porto de São Sebastião. Foi lançado também uma consulta pública para criação do Certificado de Garantia de Origem do Biometano, mostrando a relevância do aproveitamento do biometano para a produção de energia, principalmente. O Governo de São Paulo tem apresentado também estratégias para redução de emissões durante a reunião do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, pensando em especial no Plano de Ação Climática Paulista e contando com a participação dos conselheiros no avanço dessa agenda climática no Estado de São Paulo. Então, basicamente, são essas as notícias que eu gostaria de destacar do último mês e falar o tanto que a gente conta com o apoio do CONSEMA, tanto na divulgação dessas agendas como na proposição de agendas que a gente possa trabalhar na qualificação das políticas públicas estaduais. Acredito muito no CONSEMA e nos demais conselhos que têm contribuído efetivamente na agenda paulista e tenho certeza que isso fortalece cada vez mais o trabalho que vem sendo desenvolvido pela SEMIL.

00:12:51 Naiana Lanza: Obrigada, secretário. Em continuidade, então, tenho alguns informes aqui enquanto Secretaria Executiva, alguns informes sobre as Comissões Temáticas. Então gostaria de informar as datas das próximas reuniões para que os

conselheiros já se organizem para participar. Lembrando que as Comissões Temáticas são um ambiente super importante, porque são nas Comissões Temáticas que a discussão se aprofunda. É lá que a gente, de fato, discute super aprofundadamente os temas. Então, queria convidar todos os conselheiros e conselheiras para fazer um esforço para participarem das Comissões Temáticas. Dito isso, a gente tem, então, no dia 02/09 uma reunião da CT Processante, que já foi convocada, os conselheiros que participam dessa Comissão Temática já devem ter recebido a convocatória. No dia 16/09 também teremos a reunião da CT de Políticas Públicas para tratar do tema de logística reversa, que foi um dos combinados do plenário. Então, dando esse informe, quem tiver dúvida ainda sobre a composição das Comissões Temáticas, no site do CONSEMA a gente tem todas as informações e também a Secretaria Executiva está aberta a qualquer esclarecimento que seja necessário. Ainda no quesito convites, digamos, gostaria de convidar a todos e a todas que nos acompanham aqui, todos os conselheiros, a participar da próxima audiência pública que será realizada nos dias 17 e 18 de setembro, nos municípios de São Bernardo do Campo e Cubatão, para tratar do EIA Rima do empreendimento Nova Ligação entre o Planalto e a Baixada Santista. O conselheiro Crepaldi já manifestou interesse também de acompanhar a reunião enquanto conselheiro, caso mais alguém tenha esse interesse, estamos à disposição também para organizar isso. Dito isso, passamos aos assuntos gerais, que serão os 30 minutos de fala divididos entre todos os conselheiros e conselheiras. Então, agora eu vou pedir para aqueles que tenham interesse em fazer uso da palavra para se inscreverem para a gente organizar as falas. Eu vou começar colhendo os nomes aqui no plenário e, na sequência, o pessoal que está online. Então temos aqui no plenário, Crepaldi, Missaka, Dauro, Henrique, Rodrigo, Navarro e Lúcia, certo? Então aqui online, Paulo do Rego, Manara e Tatiana Barreto Serra. Então passa a palavra ao Crepaldi para iniciar o uso da fala. Por gentileza.

00:15:52 Ricardo Crepaldi: Bom dia a todos os que estão aqui, na pessoa do nosso nobre secretário Jônatas, cumprimento todo mundo que está aqui na mesa e o pessoal que está on-line. Bom, só umas coisas rapidinhas, só não me assusta, Naiana. Queria falar um pouquinho, gente, nós fizemos um seminário de perdas aqui em São Paulo, um seminário nacional, e sobre ele eu queria colocar só um ponto que eu acho que é um ponto de reflexão, inclusive, para nós como estado. Não tivemos a participação de interesse de perdas de diversos órgãos municipais de tratamento de água. Então eu já falei aqui que perdas é um negócio extremamente sensível. O subsecretário Cristiano sabe disso, né? Porque a gente tem perdas altíssimas e só a gente não ter essas perdas a gente já economiza investimentos, ou seja, além de ser uma coisa meio absurda a perda de água potável. Dentro disso, então é só uma reflexão, eu também queria falar, acho que nem todos sabem, agora, dia 26, ou seja, anteontem, a ANA abriu uma consulta pública de uma NR sobre perdas, e essa consulta pública nº 7, de 2005, ela vai de 26/08 até 13/10. É muito importante a participação da sociedade civil, apesar de ser uma questão do governo federal, a gente tem que ter o nosso posicionamento dentro dessa consulta pública. Então todos podem colocar, todos como pessoa física, mas também a gente tem as entidades aqui. Então, Cristiano, eu peço que olhe como a Secretaria de Recursos Hídricos e, para dar propostas, porque essas vão impactar no nosso Estado também, é muito importante. Perda é muito importante para a gente eliminar isso. Bom, aproveitando aqui que meu nobre amigo coronel Navarro está olhando para mim, eu estou muito preocupado, olhando o interior, das queimadas, mais as queimadas urbanas. Então acho que o coronel vai falar alguma coisa do São Paulo Sem Fogo, talvez, mas as queimadas que iniciam dentro dos municípios, como já falamos o ano passado, a gente já falou desse tema, é responsabilidade dos municípios, que as queimadas tomam um vulto muito grande, invadindo áreas rurais, e aí invadindo plantações e tudo. Então, é muito

importante a gente voltar e tentar trabalhar com os municípios, forçar que isso aconteça, que essa discussão aconteça, que tenha a participação do município, a participação do município na responsabilidade dele. Então a gente tem muito isso, eu estou conseguindo alguns acessos dentro da imprensa e comovendo algumas pessoas a começarem campanhas, mas, na verdade, não é responsabilidade da imprensa fazer campanhas educacionais, eu acho que não é a principal responsabilidade, a imprensa é informar, mas a gente precisa que a população interna, urbana, ela saiba que a queimada urbana é um risco. Bom, o último ponto, só para colocar, também a gente conversou sobre leucenas aqui dentro do plenário há um tempo atrás, e eu tive uma reflexão viajando para lá e pra cá no Estado, e pediria para o secretário Jônatas pensar sobre a questão, se a gente não consegue, pelo menos nas leucenas, nas concessões das estradas, a gente começar a fazer um trabalho de remoção e troca dessa vegetação nas áreas de concessão. Existem muitas estradas, elas estão lotadas de leucenas, mas a gente pode começar com o nosso próprio exemplo, o exemplo, onde o Estado tem o poder de fazer alguma coisa dentro das concessões de rodovias do Estado de São Paulo, então, é só um detalhe. E outra, pedir também para o secretário, nós já conversamos sobre a criação de um grupo de trabalho para que a gente possa fazer esse grupo, talvez dentro do CT de Biodiversidade. Então, o Nalon já conversou comigo, a Secretária da Agricultura e outros, a gente podia ter um subgrupo e falar sobre isso numa questão mais ampla. Mas as concessões, eu acho que elas são rápidas de resolver. Obrigado.

00:12:51 Naiana Lanza: Obrigado, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Missaka, por favor.

00:20:22 Eduardo Missaka: Bom dia a todos. Em primeiro lugar, parabéns Naiana, pela reforma, ficou mais *clean*. Minha fala é super rápida. Na verdade, eu queria dar um aviso: dia 16 de setembro agora, o CREA São Paulo vai realizar o Fórum de Resíduos da Construção Civil. Vai acontecer lá na Angélica, e gostaria da presença de todos. Parece até que a secretária Natália já confirmou presença, então aguardo a todos. A gente vai mandar os convites via Naiana para ser divulgado aqui, ok? Então era isso, vou passar para o Victorino aqui.

00:21:01 Eduardo Victorino: Bom dia a todos. Obrigado, Edu. Em nome do nosso subsecretário, cumprimento a todos que estão sentados à mesa, que estão online. É bem rapidinho, eu fiz uma solicitação há um tempo atrás sobre a resolução SIMA 37, onde eu comentava no Artigo III, se nós pudéssemos colocar onde você fala sobre quem compara, quem vai fazer, comporão o Grupo de Fiscalização Integrada, o CRESI, que é o Conselho Regional de Corretores de Imóveis e o CREA São Paulo. Por que eu digo isso? Primeiro que esses dois conselhos têm a função principal de fiscalizar os profissionais, e isso é importante para o conselho e para nós todos que somos da engenharia e também para o pessoal do CRECI. E nas diligências de campo, eles são fundamentais, tanto o CRECI como o CREA São Paulo. Então, eu só, depois, queria ver com o subsecretário se isso aqui caminhou, se não caminhou, como é que se está, porque eu não tive mais nenhuma resposta a respeito. E isso vai ser extremamente importante para nós. A segunda informação, também muito importante, hoje é meu aniversário, viu gente? Hoje faço aniversário. O bolo vem na próxima. Mas é só para dizer que é um privilégio, no meu aniversário, estar aqui sentado à mesa com vocês numa reunião do CONSEMA. Eu fico muito feliz, muito grato. Obrigado.

00:22:34 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Parabéns. Por favor, na sequência, o conselheiro de Dauro.

00:22:41 Dauro Marcos do Prado: Bom dia a todos e todas. Peço a palavra, nesse momento livre, para comunicar que aqui, neste mês, o Conselho Nacional de Justiça premiou a juíza de Eldorado, doutora Alana Miranda, pela sentença que ela proferiu no caso da comunidade Quilombos de Bombas. Essa premiação, do CNJ, evidencia, senhores e senhoras, que ainda há muito o que fazer no tema da sobreposição de Unidades de Conservação a territórios tradicionais. Isso porque foi necessário ao Judiciário proferir uma decisão que declarasse a nulidade da sobreposição do território pela Unidade de Conservação, para que quilombolas pudessem viver com dignidade. É uma decisão que, no fim das contas, explicita que o Estado de São Paulo não foi capaz de encontrar uma solução viável após décadas de diálogos. Essa decisão também nos diz algo aqui que não é necessário aguardar uma decisão judicial em cada caso para construir uma solução. Essa secretaria tem plenas condições de olhar os casos de sobreposição e construir acordos de permanência que sejam viáveis a todos. Secretário, Jônatas, gostaria de propor que façamos um diálogo específico no tema para mapear os problemas e construir soluções. E queria ver o que o senhor acha disso, avalia, na verdade. Mas também quero agradecer a intervenção, o apoio, à atenção que foi dada à estrada de Bombas. Uma obra que não dependeu de nenhuma sentença judicial para começar, então não só de Bombas, mas eu estive agora há pouco no Litoral Norte, Praia da Fazenda, o pessoal super contente que teve lá uma ação que estão fazendo roça, estão já avançando, e outro também o Pico do Jaraguá, que também estão avançando com a intervenção da doutora Natália, da secretária. E nós precisamos avançar mais nesse caminho, porque tem ainda muitas comunidades com sobreposição, Unidade de conservação que estão passando muito problema. E por fim, eu gostaria de protocolar um ofício pedindo uma audiência com a senhora secretária lá no Vale do Ribeira, em nome do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais, para a gente tratar desses temas e também de outros, como a mudança climática e todos os outros mais. Obrigado.

00:26:29 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, Henrique, por favor.

00:26:36 Henrique Kefalás: Bom dia a todos e todas. Gostaria, em primeiro momento, reforçar o aspecto trazido pelo conselheiro Dauro, da necessidade da gente estabelecer esse diálogo institucionalizado para a gente avançar nessas questões de sobreposição. Acho que o Estado de São Paulo tem a oportunidade de protagonizar o reconhecimento de um território único de povos e comunidades tradicionais a nível de Brasil, porque é o Estado que concentra a maior população de comunidades tradicionais caiçara desse país. Então, de fato, a gente conseguir avançar nessa questão da sobreposição é também poder articular um aspecto inédito do reconhecimento desse segmento de povos e comunidades tradicionais que está estabelecido na Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável de povos e comunidades tradicionais no país. Reforçar que, então, a gente consiga avançar mesmo nessa perspectiva dialógica e que a gente não precise recorrer a esses processos judiciais, que são desgastantes para todas as partes, de ter que entrar nessa maratona, de chegar a uma sentença judicial para a gente poder chegar nesses acordos. Acho que hoje, inclusive, a gente vai ter oportunidade de tratar de um tema correlato a isso, que são as poucas Unidades de Conservação de uso sustentável do Estado. Então, a gente poder falar do Plano de Manejo de reserva extrativistas é uma satisfação, poder estar nesse momento e falar sobre isso. E, por fim, Naiana, que você comentou sobre as comissões, eu queria deixar um reforço para que a gente ative a Comissão de Infraestrutura. Essa é uma Comissão Temática que não tem

tido reuniões. Eu fiz parte dessa comissão no período de 2023 e 2025, a gente não teve convocação dessa comissão, e até o momento a gente também segue sem convocações para essa comissão específica. Então a gente tem, claro, a gente teve um momento extraordinário para discutir a questão do túnel Santos-Guarujá, mas acho que tem várias questões de infraestrutura que a gente poderia estar remetendo a essa comissão e a gente, eu não sei exatamente porque, então, se puderem também comentar sobre porque não tem sido convocado e a gente entender como que essa comissão pode ser mais ativa e ter diálogos importantes e comissões importantes nesse espaço. Obrigado.

00:29:59 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, vamos para os colegas, os conselheiros que estão online, por favor, o senhor Paulo do Rego.

00:29:09 Paulo do Rego: Bom dia a todos e a todas. Cumprimento todo o plenário na pessoa do nosso subsecretário Jônatas. Venho aqui, primeiro, parabenizar a OAB pelo empenho que foi realizado essa semana sobre o Porto Sustentável. Uma banca para lá de significativa, grandes juristas, debatendo a sustentabilidade do Porto de Santos. Acho que são debates como esse que acabam crescendo muito a necessidade desse debate sobre infraestrutura, sobre os programas climáticos que assolam as nossas instalações de infraestrutura. Segundo, também parabenizar o CBH do Litoral Norte pelo seu primeiro jornal publicado essa semana, trazendo informações, popularizando as questões referentes aos recursos hídricos do Litoral Norte. Realmente é um grande feito e espero que tenha uma boa continuidade, boas notícias a serem vinculadas. Terceiro, é um pedido que eu queria formular ao secretário: a gente sabe que está havendo uma discussão sobre a regulamentação da soltura de animais. O senhor hoje, nos informes preliminares, trouxe vários temas ligados a essa questão, e nos preocupa muito, porque a sociedade civil não tem sido ouvida nesse processo e é importante ela participar dessa discussão. A soltura de animais tem várias instituições que estão aparelhadas, já há mais de dois anos não estão conseguindo operacionalizar pela falta de cadastro. Então, eu sei que isso é um processo de elaboração de novas normas, mas a gente não pode prescindir que a sociedade civil participe desse processo de uma forma bem clara, bem atuante, como tem feito ao longo dos anos. São grandes estruturas que foram montadas, um trabalho voluntário e passar simplesmente para o município a gestão desse processo, eu acho que é um equívoco. Na realidade, a sociedade civil tem que estar junto, porque é ela que pode efetivar de uma forma mais célere e com muito mais acompanhamentos de técnicos em todo esse cadastramento, enfim, traz à sociedade uma certeza de que a gente está realmente buscando essa excelência que o secretário relatou no período de abertura. Então, eu trago aqui uma questão que eu acho que é de suma importância. E por fim, queria agradecer também a Roberta, que entrou em contato dado a minha solicitação da Sabesp, e a gente conseguiu estabelecer uma linha de diálogo inicial. Ela me pediu e eu consegui já diversas manifestações dos quatro municípios do Litoral Norte, dos problemas que estão sofrendo com a gestão do contrato da Sabesp, eu acho que é um dos objetivos desse processo, é contribuir com o processo, eliminando os odores, eliminando as bandeiras vermelhas que existem ao entorno dessas estações de tratamento, que é uma constatação, a gente vê Pontal da Cruz, em São Sebastião, ali na Alameda Santana, e na Praia das Cigarras, são pontos que sistematicamente estão com bandeira vermelha e que efetivamente são pontos que os odores são muito fortes. Então são várias questões em vários municípios, a gente vai responder isso formalmente, mas eu agradeço a abertura do diálogo, que eu espero que seja feito da mesma forma, para que a gente possa estar dialogando com os responsáveis pelos cadastramento e autorizações das áreas de soltura. Obrigado.

00:33:53 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Eu vou pedir a gentileza de voltar para o plenário, porque o conselheiro Rodrigo vai precisar se ausentar, e depois eu volto para o pessoal que está online, tudo bem? Então eu passo a palavra agora ao conselheiro Rodrigo, por favor.

00:34:08 Rodrigo Levkovicz: Obrigado, Naiana. Bom dia a todos, na pessoa do Jônatas. Vou dividir minha fala em duas partes. A primeira, que eu acho que é importante face à questão trazida de Bombas, eu acho que vale a pena fazer um histórico do Estado de São Paulo em relação às comunidades tradicionais. Aí queria lembrar a todos que a gente teve uma política inovadora no Parque Estadual da Serra do Mar, que a gente discriminou zonas histórico-culturais e antropológicas que garantiram diversas comunidades tradicionais e seu modo de vida no território. Depois a gente teve os mosaicos que foram feitos, tanto o mosaico do Jacupiranga, com a criação de APAS específica para os quilombolas, e unidades de uso sustentável, como também o mosaico da Juréia, transformando a antiga estação ecológica em outras tipologias de Unidades de Conservação. A gente tem uma política na Resolução 189, aqui da Secretaria, que permite o manejo sustentável dentro de Unidades de Proteção Integral, desde que nos territórios tradicionais, o que catapultou as roças, permite acordos voluntários e admite o uso sustentável da floresta. Dizer que a gente está com três PSAs diretamente envolvidas as comunidades tradicionais, que tem feito um trabalho espetacular, e vou citar o Juçara, os Guardiões das Florestas, os indígenas, Juçara, com os quilombolas do Vale do Ribeira e agora para o Estado inteiro, o Mar Sem Lixo, com as comunidades de pesca artesanal. E também quero fazer referência que o Estado também já avançou em vários acordos inovadores, então a gente tem aqui uma parceria com a comunidade Itacuruçá-Pereirinha, com a gestão das áreas de uso público. Uma parceria inovadora e que a gente tem muito orgulho. O Jônatas e a secretária Natália foram lá. O Quilombo da Fazenda também, a gente regularizou a titulação do território quilombola, garantindo uma coisa que a gente acha muito importante que territórios tradicionais e Unidades de Conservação não são contraditórios, são complementares e sinérgicos, o que a gente precisa é, eventualmente, recategorizar ou fazer acordos de gestão desses territórios. Falar que também a gente conseguiu avançar no Jaraguá com a mesma ideia de que territórios indígenas e Unidades de Conservação não são contraditórios. E a gente fez um acordo muito importante lá, e a comunidade está bastante feliz. E aí, falar de Bombas especificamente, eu acho que a gente super respeita as decisões judiciais, mas também eu acho que é importante falar que hoje esse processo foi suspenso pelo Tribunal de Justiça e a gente abriu uma mediação, e a ideia é que a gente defende, eu não posso me furtar de falar isso, é que nós não vemos que uma coisa anula a outra. A sentença determinou a nulidade da Unidade de Conservação, não tendo mais nenhum tipo de proteção ambiental, na categoria SNUC. E obviamente, a doutora Alana fez um trabalho espetacular no Vale do Ribeira, mas não quer dizer que a gente tenha que concordar com tudo, a gente adota uma tese diferente, que entende que é possível conjugar Unidades de Conservação e territórios tradicionais. Eventualmente, a gente tem que recategorizar áreas de uso mais intensivos da comunidade para uso sustentável, mas isso não impede que a gente tenha também, que a Secretaria de Meio Ambiente e a Fundação Florestal sejam atores importantes para ajudar essas comunidades. E aí eu quero trazer o seguinte: a Estrada de Bombas foi realizada muito pela luta da comunidade, mas também aqui, a secretaria, historicamente, ela é uma porta de entrada para a efetivação de direitos. Nós temos técnicos que se preocupam, que lutam pelas comunidades tradicionais. Então, na nossa avaliação, de forma bastante estratégica, é bom que a gente tenha a possibilidade de atuação sinérgica entre Unidades de Conservação e territórios tradicionais. A gente acha que a gente ganha mais se a gente atua dessa maneira. Então, acho que tinha que fazer essa

referência. E aí, Naiana, só por causa do outro assunto, mas eu achei que era assim. Queria trazer para os conselheiros, a Fernanda vai fazer uma apresentação bastante importante hoje, que mostra a dimensão do trabalho da equipe nos Planos de Manejo. E a gente está querendo trazer para vocês todo esse trabalho, como ele é dificultoso, o deslocamento das equipes, as viagens que são feitas, para dizer que a gente está no nosso limite da nossa capacidade operacional e ela não é resolvida com novos contratos, porque além da Fundação, tem o Comitê aqui que nos ajuda e faz muita coisa. O que é mais importante no Plano de Manejo é o aspecto de confiança das equipes no território e análise cerebral que é feita. E isso é muito difícil de terceirizar. Então, dizer e pedir para todos terem essa empatia, porque hoje a gente está com muita coisa, muito trabalho, mas estamos no nosso limite. Tá bom? Obrigado, desculpa ter crescido o tempo.

00:39:21 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos, então, novamente às pessoas que estão online. Então, na sequência, o conselheiro Manara, por gentileza.

00:39:32 Marcelo Manara: Bom dia, Naiana, bom dia, Jonatas, cumprimentando a todos os colegas conselheiros. Gostaria de noticiar que ocorreu em João Pessoa o primeiro seminário *Tree Cities of the World*, a cidade árvore, programa da Fundação *Arbor Day*, FAOUN, em que o São José dos Campos recebeu pelo sexto ano consecutivo a honraria que constituiu a *Tree Cities*, e vários município paulistas. Então parabenizar todos os municípios paulistas que engajaram nesse programa. Nesta linha, convidar a todos, depois nós encaminharemos o convite oficial, para o 27.º Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, junto com outros três eventos. São quatro eventos simultâneos, de 19 a 25 de setembro agora, aqui em São José dos Campos, e convidar a todos para uma programação extensa e muito legal, também organização da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Fundação *Arbor Day* FAOUN, nesse evento internacional. Então estejam todos convidados. Alinhar aqui na fala do Crepaldi, eu me sinto envergonhado de não ter participado desse seminário de perdas, porque eu sou muito engajado nessa questão da governança da água. Estou vendo aqui com o Marcelo Marcondes se alguém da ANAMMA participou, gostaria de saber depois, Crepaldi, você me manda a informação aqui, se os Comitês de Bacias, etc. Então eu quero me solidarizar com essa informação estratégica importantíssima, aproveitar então para sugerir que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos traga em pauta uma apresentação dos resultados desse seminário, um balanço desse seminário realmente estratégico. E, Crepaldi, pode ter certeza que eu motivarei os Comitês de Bacias Federais, eu participo de um grupo que congrega as 10 Bacias Federais no Brasil, 28% do território, 2400 municípios, para essa NR da ANA, a 07/2025, para que a gente possa participar sim desse debate. E para finalizar sobre esse tema, a ANAMMA fez publicar uma nota pública sobre a preocupação que eu vou ler rapidamente, uma nota muito curta: “A ANAMMA, Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - Seccional São Paulo, manifesta publicamente preocupação com os níveis dos reservatórios da Grande ABC, com o anúncio do racionamento, ainda que parcial, restrito a determinados horários. A mudança deverá ocorrer no SIM - Sistema Integrado Metropolitano, que atende a sete cidades do Grande ABC. A segurança hídrica da região metropolitana do Grande ABC é fundamental. Acompanharemos tecnicamente todo o processo. Assina Marcelo Marcondes, presidente da ANAMMA São Paulo”. Com isso, eu encerro dizendo que essa preocupação não se resume aos reservatórios que atendem o Grande ABC. Mas aqui, os reservatórios do Vale do Paraíba, estão em níveis extremamente preocupantes, abaixo do grande ciclo histórico de seca de 2014 e 2015. Então, sim, essa pauta é uma pauta estratégica, fundamental para o abastecimento das regiões metropolitanas, o que vai só

reforçar essa a questão trazida pelo Crepaldi, que perdeu é sim uma questão estratégica e fundamental. Obrigado.

00:43:21 Naiana Lanza: Obrigado, conselheiro. Passamos a palavra agora a senhora doutora Tatiana Barreto Serra, por favor.

00:43:28 Tatiana Barreto Serra: Bom dia, Naiana, bom dia a todos. Cumprimentou o secretário Jônatas. Gostaria de reforçar a preocupação do Ministério Público com a prevenção de incêndio, justamente nessa época. Nós já tivemos um incêndio recente que foi controlado, que aconteceu justamente nesse período em que houve a elevação da temperatura e, ao que consta, justamente por ação humana, a realização de uma de uma fogueira para queima de lixo. Então reforço aqui a preocupação que já foi apresentada pelos outros conselheiros. Por fim, apresento aqui um convite a todos os conselheiros. Nos dias 17, 18 e 19, o Ministério Público de São Paulo estará realizando, aqui em São Paulo, os Congressos de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, que já é uma tradição. Contaremos com a exposição do nosso secretário Jônatas, a quem agradeço a colaboração e a palestra que aqui vai nos brindar no evento. E então, estendo a todos os conselheiros esse convite e aguardo todos que puderem ir. É a primeira vez que a gente abre este evento do Ministério Público para pessoas que não são integrantes, que não são membros ou servidores e justamente, com o intuito de debater de forma ampla as questões ambientais e urbanísticas de todo estado, ainda mais nesse ano que nós teremos a COP 30 aqui no Brasil. Então muito obrigada.

00:45:15 Naiana Lanza: Obrigada, conselheira. Passamos então a palavra agora ao coronel Navarro.

00:45:23 Leandro Navarro: Bom dia a todos. Secretário Jônatas, secretário Cristiano, e em vossos nomes eu cumprimento todos os conselheiros que estão aqui presencial e virtualmente. Bom dia a todos. Só como notícia, e dentro desse cenário da São Paulo Sem Fogo, acho que todos acompanharam no último dia 23, sábado, nós tivemos um grande incêndio provocado por balão lá em Santo André. Foi amplamente divulgado na mídia. Nós tivemos a atuação da Polícia Ambiental para retirar as pessoas. Atingiu uma área comercial. É uma área mista, como comércios e residências. Então nós conseguimos chegar rápido, a gente estava acompanhando a queda desse balão, tiramos as pessoas. Foram 14 viaturas do Corpo de Bombeiros, fora o policiamento territorial envolvidos nessa ocorrência. Ou seja, um grande recurso por conta dessa prática ainda nefasta que é a questão dos balões clandestinos, que também provocam uma grande catástrofe para a gente nas questões de segurança aérea e também dentro da São Paulo Sem Fogo para as nossas vegetações. Então, há duas semanas atrás, nós tivemos a concessão de um mandado de busca também, e fizemos a apreensão, uma operação grande, fizemos a apreensão, e com apoio do MP, uma apreensão que gerou um cumprimento de três mandados de busca, e gerou apreensão de grande quantidade de material utilizado para a fabricação de balão. Só nesse ano de 2025 foram 101 balões completos que a gente conseguiu interceptar antes da soltura. Três fábricas de balão foram fechadas, 27 infratores autuados e mais de 1.280 milhão de reais aplicados em multas. Então, isso só para a gente ter noção do perigo que é isso e da atuação que a gente tem que ter integrada e agradecer muito o apoio do MP para essas ações aqui na fabricação e prevenção primária, para a gente impedir que esses balões sejam soltos. Assim também contribui de maneira robusta para impedir incêndios no nosso estado. Como notícia, também queria dizer que nós tivemos, finalmente, aqui um perdimento judicial de duas

embarcações em bom estado, com motor de popa, com apoio da Secretaria de Justiça, e elas foram doadas para as comunidades para uso ali nas comunidades tradicionais de Cananéia. Então vai ser importante, embarcações que foram apreendidas em razão de crimes e infrações ambientais, e a gente conseguiu essa ação e nós vamos tentar, inclusive, ampliar isso para a gente poder ajudar as comunidades tradicionais, que a gente sabe que é muito importante esse sentido de apoio de instrumentos e equipamentos, e porque não, com relação a crimes e infrações ambientais e a gente poder ajudar as comunidades tradicionais. Conselheiro Crepaldi, ele falou da questão dos incêndios urbanos, é uma questão mais voltada, a gente faz o acompanhamento disso também, mas é uma questão mais voltada à questão de educação ambiental. Nós precisamos mudar o comportamento, fiscalização também, e orientar que as pessoas liguem, reforçar isso, ligue 193 para o Bombeiro, quando tiver alguma situação nesse sentido, e também 190 da Polícia Militar para os crimes comuns, mas também para os crimes ambientais. Então, a gente está atento a isso, mas é mudança de comportamento. A gente precisa de envolvimento dos municípios também, porque nós precisamos mudar o comportamento da população. Isso a gente só faz com educação ambiental a médio e longo prazo. E Conselheiro Victorino, meus parabéns pelo aniversário. O CRECI e o CREA já participam das reuniões de ações como convidados, mas eles já participam, então seria só mais uma formalização que a gente também acha importante e avaliza essas solicitações para que eles façam parte dos GFIs, porque realmente tem uma questão ética de envolvimento, e trazem também muitas informações para a gente poder ter eficiência nessas ações do GFI. Muito obrigado, um bom dia a todos.

00:50:00 Naiana Lanza: Obrigada, coronel. Na sequência, Lúcia Sena, e depois o conselheiro Leduc, por fim, finalizando.

00:50:33 Lúcia Sena: Oi, bom dia a todos. Eu hoje queria fazer um registro que eu considero que é realmente importante para uma porção de gente que esteve lutando para que o Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte pudesse ser realmente reconhecido como um ato administrativo correto. Nós tivemos tramitando uma ação na 2ª Vara da Fazenda Pública durante todos esses anos e eu queria fazer um breve relato de como é que isso ocorreu. Nós, em 2004, aquela circunstância, eu era coordenadora de Planejamento da CPLA, nós conseguimos fazer o primeiro Decreto do Gerenciamento Costeiro do Brasil na região do Litoral Norte, depois que a gente estava há muitos anos discutindo no Vale do Ribeira, da Baixada Santista, e o Zoneamento do Litoral Norte foi, sem dúvida nenhuma, um marco de proteção para essa região que é tão fragilizada. O Gerenciamento Costeiro prevê a revisão deste Zoneamento a cada dez anos, em 2016, por coincidência, eu também estava na CPLA e a gente fez novamente a discussão desse Zoneamento, e àquela altura eu queria destacar a participação de várias pessoas que contribuíram para que essa discussão, que demorou seis anos, pudesse chegar a um bom termo. Então, nós tivemos o Eduardo Trani, Gil Scatena, tivemos o grupo da CPLA, a Bia, que está aqui, a Natália, Lúcia, que conseguimos realmente fazer a revisão com ajustes, porque, na primeira versão a gente tinha feito um zoneamento no lápis, e na segunda versão a gente já avançou um pouco na tecnologia. E no dia que nós fomos aprovar no CONSEMA, uma empresa entrou no plantão judicial e conseguiu uma liminar para impedir que houvesse a reunião do CONSEMA para aprovação desse Zoneamento. Nós conseguimos, no Tribunal de Justiça, derrubar essa liminar, enquanto estávamos aqui discutindo no CONSEMA e aprovamos o Zoneamento. Imediatamente eles entraram com uma ação, que foi uma ação declaratória de nulidade desse ato administrativo e, além da nulidade do ato administrativo, eles pretendiam a alteração de umas áreas que eram de propriedade dessa empresa, uma um pouco na Barra do Una, uma área, e outra um

pouco mais perto da Juréia. Bom, por coincidência o procurador que eu tenho que destacar, o doutor Daniel também, na fase da discussão que ele nos ajudou imensamente. Por coincidência, o procurador que fez a contestação dessa ação foi o Rodrigo. E foi um momento em que nós conhecemos o Rodrigo. E então eu acho que o fato de nós termos ganho e essa semana a gente teve a notícia gratíssima de que a gente tinha ganho essa ação com a colaboração especialmente do IPA, Nalon, Alex, **Ivan Ausqui** (00:54:37 ininteligível) Rossi, que estiveram ajudando na parte técnica. E eu acho que isso fez com que realmente o Zoneamento do Litoral Norte hoje ele é reconhecido pela justiça e isso é um momento muito importante para todos nós e especialmente para a CPLA hoje que está fazendo, iniciando novamente a revisão desses loteamento. Eu acho que esse registro merecia ser trazido para o CONSEMA. Obrigada.

00:55:08 Naiana Lanza: Obrigada, Lucia. Por fim, o conselheiro Leduc.

00:55:19 Eduardo Leduc: Bom dia a todos. Obrigado, doutora Lúcia, pelo posicionamento. É fundamental isso que foi conquistado da concepção ao Zoneamento Econômico Ecológico. Eu gostaria de fazer um reforço a fala do Paulo Nelson do Rego com relação ao tema das solturas. A gente começa esse tema das solturas, geralmente com a Polícia Ambiental, que faz as apreensões. Sabemos que 90% dessas aves são oriundas do tráfico ilegal e que 10% somente sobrevivem aos tratos desde que são capturadas até serem soltas, tem somente, de cada 100, 90 morrem no caminho. Então, quando chega o momento da soltura, é o final de um processo que começou lá atrás pela Polícia Ambiental, na apreensão, que passou pelos CRAS e pelos CETAS, para reabilitação custosa, demorada, e hoje esses CRAS e CETAS estão superlotados porque as áreas de solturas estão sendo recadastradas, e eu nunca entendi porque você decide fazer um recadastramento e todo mundo perde a Licença. Imagine se você faz o recadastramento dos motoristas de ônibus e fica três anos fazendo esse recadastramento e eles perdem a carteira de dirigir. Então, tem um processo equivocando no meu ponto de vista, então eu quero reforçar a fala do Paulo. A sociedade civil fez investimentos, pessoas particulares, voluntários, investimentos, tem funcionários, têm estruturas para fazer o final de todo esse processo que o Estado faz em parceria com o Estado e hoje não entende, não é envolvida no processo dessa revisão, estão com as suas Licenças, paradas e o CETAS com dificuldades para direcionar esses animais que já estão prontos, que precisam ser devolvidos à natureza. Então é muito importante o que o Paulo trouxe, e eu não sei se é trazer essa equipe que está trabalhando aqui, e eu tenho certeza que todas as pessoas que trabalham com soltura estarão presentes, pelo menos online nessa discussão, ou se criar uma discussão separada, senhor Jônatas, que poderia ser feita separado ou trazer aqui. Mas realmente chegou num ponto onde o tema se tornou crítico e, no meu ponto de vista, desnecessariamente. Obrigado.

00:57:47 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Antes de passar para o Jônatas para os comentários, eu gostaria só de comentar em relação à fala do Henrique sobre a CT de Infraestrutura. A CT de Infraestrutura é um órgão auxiliar do plenário e atua sob delegação de tarefas. Então, até o momento, a gente não tem tarefas pendentes, digamos, então, acho que se o plenário trazendo essa demanda, a gente com certeza consegue reativar essa Comissão Temática sem problema algum. Passo então, agora a palavra ao Jônatas para os comentários antes da gente passar para o item da pauta.

00:58:40 Jônatas Trindade: Então vamos lá, pessoal. Alguns pontos que eu acho que são relevantes a gente trazer dessa discussão, do que foi falado por vocês, e na forma como a

gente tem construído as coisas. Em relação à questão da perda de água que foi bem colocado pelo Crepaldi, a gente tem essa atenção, a secretária tem destacado esse aspecto, acho que é muito importante o trabalho que vem sendo feito pela Sub de Recursos Hídricos, realmente para minimizar essas perdas, porque não é possível que no século XXI estejamos perdendo tanta água, água boa para consumo, principalmente numa situação de crise que a gente observa de uma forma geral no planeta. Nós sabemos que a água é um bem escasso, um bem que é renovável, mas é escasso, um renovável com perdas, e a gente precisa ter realmente um olhar especial nesse cuidado e trabalhar de uma forma muito apropriada. Eu acho que a própria modelagem que foi feita na privatização da Sabesp foi nesse sentido, na desestatização, no sentido de trazer compromisso, aí o Cristiano pode destacar um pouco melhor, compromissos de redução dessa perda. Em relação à questão das queimadas urbanas, acho que nós temos uma oportunidade, nós estamos fazendo um curso EAD para conscientizar a população de uma forma geral e capacitar as prefeituras em relação a aspectos relacionados às queimadas. A gente pode fazer um capítulo específico, uma aula específica sobre a questão das queimadas urbanas, que a gente sabe que é um problema que tem sido enfrentado e precisa cada vez mais ser enfrentado de uma forma preventiva, com muita capacitação, com muita comunicação chegando a população. Esses incêndios que ocorrem provocados por ação humana, muitos deles às vezes de uma forma realmente descuidada. A pessoa vai queimar um lixo e aí ocorre o que ocorre. A gente sabe que numa situação, num incêndio desses que se espalha, é difícil o controle. Como o coronel colocou, você faz um esforço concentrado, mas é algo complicado de realmente você conseguir conter numa situação de vento, principalmente quando se observa um cenário que a gente vê dias com vento muito forte, de difícil contenção. Eu já participei de momentos desse de contenção e auxiliando as equipes em campo, o tanto que é complexo a ação coordenada que envolve todo mundo, mas é algo que envolve prefeitura, envolve Fundação, envolve parceiros privados, mas é algo que realmente demanda um esforço hercúleo que a gente poderia ser evitado se tivesse o cuidado necessário. Então, trabalhar com os municípios é necessário, realmente envolvê-los nessa resposta. Nós temos, dentro da Operação São Paulo Sem Fogo, um conjunto grande de municípios habilitados, se não me engano, posso estar falando errado, em torno de 414 municípios já habilitados. Precisamos alcançar os 100% dos municípios, os 645 municípios. Mas já tem um número significativo e a gente tem feito, o Estado de São Paulo, e aí um trabalho muito forte da Defesa Civil, de aparelhamento dos municípios, com a disponibilização de equipamentos para que possam trabalhar de forma conjunta com o Estado no combate a esses incêndios e também na preparação, e esperamos que a gente consiga avançar cada vez mais forte nesse sentido. Em relação às leucenas, a gente poderia marcar um momento específico para discutir e ver como é que a gente trabalha. Essa remoção não é algo fácil, mas pode sim fazer essa provocação. Aí eu peço para a Naiana para que faça esse registro e mande para a Sub para a gente fazer essa provocação via Secretaria em relação às concessões e não só em relação às concessões, mas também ao DER e essa é a minha proposta, para a gente ter realmente uma ação articulada de como combater as leucenas aqui no Estado. Destacar também o que o Eduardo colocou, acho que é super importante fazer uma boa gestão do resíduo da construção civil, e o reaproveitamento, em especial o reaproveitamento desse material. Dar os parabéns ao Victorino. Muita saúde, paz para você, que saúde que é o importante. Falar também que nós vamos fazer essa provocação aqui via CONSEMA para que a gente faça a revisão da resolução SIMA 37, logicamente vai ter todo um crivo, uma avaliação jurídica e técnica em relação a isso, mas você já tem sido parte, em especial o CREA, do GFI, participando de forma bastante efetiva e trazendo subsídio técnico, assim, e essa fortalece a ação coordenada que tem sido realizada. Em relação ao que o Dauro colocou, eu acho que o

trabalho que tem sido feito aqui pelo Estado tem sido um trabalho de extrema abertura para poder conversar. Não tem tido dificuldade, pelo menos a dificuldade, muitas vezes é da agenda, em especial a agenda da secretária, que é super comprometida em atender, em conversar, explicar, e trabalhar com essa agenda, que eu acho que tem sido uma agenda não só da Secretaria, mas como da Fundação. A Fundação tem atuado de uma forma muito qualificada, de uma forma muito cuidadosa com olhar no território, na construção de parcerias que tem resultado num ganho ambiental e um ganho social, que é uma construção que tem esse olhar no social. E a gente continua com espaço para o diálogo, com o espaço para poder construir consensos dentro daquilo que a gente entende também que deve ser resguardado, com um olhar especial no meio ambiente, entendendo a participação e a necessidade de mapear os problemas e construir soluções. E aí a gente tem certeza que isso é um trabalho que envolve todo o corpo técnico da secretaria e da Fundação, e tem sido assim, a construção junto com a comunidade. Bombas está avançando no acesso, muito pelo esforço de todos. O envolvimento da CETESB, também diretamente, do DER na construção das soluções, e a Fundação capitaneando junto com a Secretaria nesse trabalho. E aí a questão do convite, com certeza nós vamos receber esse convite e verificar junto ao gabinete a agenda da secretária para esse momento. Falar para o Henrique que sempre tem esse espaço sim, e aí pensar num diálogo que seja realmente personalizado, com a parceria e participação também de outros atores, como a Defensoria Pública, o Ministério Público, a gente entende que é o espaço para isso e, logicamente, buscando entender como é que a gente trabalha realmente no desenvolvimento sustentável dos territórios. Na fala da Lúcia, tem muito a ver com isso tudo. O tanto que São Paulo, enquanto política pública, conseguiu avançar ao longo dos anos nas políticas de desenvolvimento do território e como isso tem se refletido na proteção e no manejo adequado dos territórios, com todas as dificuldades que a gente sabe que tem de pressão do ponto de vista de ocupação irregular de territórios, desmatamento irregular. É um trabalho muito forte, coordenado pela DPFA, junto com a PEAMB, e outros atores, a Fundação também na proteção do território. E aí eu acho que é esse compromisso público, que é um compromisso que se estende além de uma política de governo, é uma política de Estado e que a gente sabe que as equipes técnicas têm primado para que esse trabalho continue, e tem trabalhado de uma forma bastante intensa e conta com o apoio de vocês nessa construção. Então, para falar que a secretaria está super à disposição para poder tratar desses assuntos, sem melindres, sem nada, realmente despidos da vontade de trabalhar e construir uma política pública que seja robusta e que seja aderente às práticas, as boas práticas, entendendo a todos os compromissos que o Estado brasileiro, não só o Estado de São Paulo, mas Estado brasileiro, tem adotado na boa conversa, na boa fé, de uma forma dialogada. Já foi falado em relação à questão da ativação da Comissão de Infraestrutura. E aí a gente pode pensar em temas que a gente possa trazer para essa Comissão, para reativá-lo. Em relação à questão da soltura dos animais, essa provocação é algo importante para a gente. A gente fez um diálogo recente com algumas pessoas que têm áreas de soltura, e nós nos colocamos à disposição para construir junto com eles esse regimento e essa forma de atuação. Essa provocação também veio até antes dessa reunião, no momento em que realizamos a Conferência Estadual de Meio Ambiente, em que falei, coloquei na minha fala essa construção e essa vontade do Estado de São Paulo trabalhar tecnicamente com fundamento realmente técnico, científico, na soltura desses animais. E aí tem todo um trabalho que a gente vem desenvolvendo junto com a Fundação Florestal. E aí o envolvimento logicamente dessas pessoas que se habilitaram, e aí eu preciso entender quais são os problemas, porque isso não estava mapeado, a questão do cadastramento e perda de licença. Eu preciso saber o caso concreto para poder discutir internamente, entender essas questões. Mas o que a gente se colocou foi à disposição dessas pessoas que têm experiência

realmente na soltura de animais, para que a gente possa construir áreas cada vez mais robustas e preparadas para receber esses animais, que é o que a gente quer e tem se empenhado para isso. A Fundação tem feito algumas contratações para já realizar solturas em Unidades de Conservação, em áreas habilitadas a receber animais com o devido olhar e cuidado, em especial para que não transmitam doenças a outros animais. Então tem todo um trabalho de teste feito junto com a DBB para poder receber esses animais, a natureza receber esses animais da forma correta, no local correto, em locais aptos para essa soltura. Falar que em relação a questão da governança da água, acho que já falei um pouco, e a importância dos Comitês e dos Conselhos nessa construção da política pública. O tanto que eu acho que o Estado tem servido de exemplo para outros Estados da Federação. E falar que a segurança hídrica é algo que é fundamental para todos nós. Nós dependemos, precisamos de água para sobreviver. Então eu acho que esse CONSEMA também é um espaço para que a gente possa trazer debates em relação a questão do consumo consciente, ou o que a gente possa contribuir na política pública de uma forma geral. Falar em relação ao que a doutora Tatiana colocou, a questão da prevenção é algo que a gente tem buscado muito. Falar que eu estou muito lisonjeado em ter sido convidado a participar desse congresso do Ministério Público e espero poder contribuir à altura das discussões que irão ocorrer. Reforçar a fala do coronel Navarro, a questão do balão, que tem sido um problema enfrentado de uma forma muito coordenada e com apoio muito forte do Ministério Público, para que a gente consiga combater de forma preventiva, tentando evitar que ocorra essa soltura, porque realmente essas solturas de forma irregular, de forma ilegal, tem gerado tragédias em algumas áreas. A gente tem observado o tanto que isso tem sido danoso não só para a natureza, mas para as atividades humanas de uma forma geral. E aí eu gostaria de destacar, nesse sentido, o nosso Painel de Incêndios Florestais, que é um painel bastante trabalhado pelas equipes da PEAMB, da, DPFA, nessa governança e na transparência pública, para mostrar para a sociedade paulista o compromisso de trazer transparência nas ações. E aí, logicamente, as ações de educação ambiental, com o objetivo também de mudar o comportamento, porque é isso que a gente acredita também. E aí a gente tem fortalecido muito a agenda de educação ambiental, contado com o apoio técnico das diversas instâncias e contamos com o apoio de todos vocês na construção da educação ambiental do Estado de São Paulo. Recentemente foi feita uma Conferência Estadual de Jovens, a Conferência Estadual que é conduzida pela Seduc, com apoio e com a parceria da SEMIL, da Conferência Estadual de Educação de Jovens e Adultos, a Educação Ambiental, de uma forma muito direta e falar que é um momento muito oportuno para realmente engajar os jovens na temática ambiental. Reforçar mais uma vez a fala da Lúcia em relação ao GERCO. Falar o tanto que isso tem sido perenizado ao longo do tempo, muito com a construção que demanda um tempo de maturação, tempo de aprendizado. E essa experiência técnica está internalizada, esse conhecimento está internalizado no trabalho da diretoria de política, a DPLA. E isso tem se refletido não só na construção específica do GERCO, mas tem se espalhado na construção dos Planos e programas da Secretaria, e isso tem se tornado referência para todo o país. E para finalizar, mais uma vez, reforçar a fala do Leduc, para falar que nós estamos à disposição para discutir a questão da soltura e entender também esses problemas que você relatou para poder qualificar e dar encaminhamento. O que eu tenho falado é o seguinte: o envolvimento da população, da sociedade civil é muito importante para a gente. A conversa que nós tivemos foi muito boa, com participação bastante qualificada, e nos colocamos à disposição para que pudessem contribuir na construção dessa política pública que é fundamental para o Estado de São Paulo. Basicamente, era isso.

01:14:24 Naiana Lanza: Obrigada, secretário. Passamos então agora a ordem do dia. Temos três pontos de pauta, que é a apreciação do relatório final da Comissão Temática de

Biodiversidade e Áreas Protegidas, referente ao Plano de Manejo da Resex Taquari e ao Plano de Manejo da Resex Ilha do Tumba. A sugestão aqui é que a gente já trate desses dois pontos iniciais de pauta, de forma conjunta, então a apresentação toda foi estruturada, então a gente vai tratar esses dois pontos e, na sequência, a gente vai para o terceiro ponto de pauta, que seria a apresentação sobre as estratégias e cronogramas de elaboração dos Planos de Manejo nas Unidades de Conservação estaduais. Então, dito isso, eu convido para iniciar a apresentação o gestor da Unidade, o senhor Edson, que vai fazer uma apresentação breve da Unidade, depois a gente vai ver um videozinho, um vídeo de seis minutos, um pouco mais longo, porque ele é referente a duas Unidades, mas vale a pena. E depois, na sequência, o Marcos Nalon vai fazer a apresentação do relatório final da CTBio. Seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA, Edson. Obrigada.

01:15:36 Edson Montilha De Oliveira: Bom dia a todos. Queria, na pessoa do secretário Jônatas, cumprimentar cada um de vocês, conselheiros, que encontram-se presentes aqui e de maneira remota, também online. Só para fazer o início, me apresentando, eu sou o Edson, sou funcionário da Fundação Florestal. Não é meu aniversário, mas segunda-feira completo 14 anos trabalhando na Fundação Florestal. Mas queria deixar claro aqui que não participei diretamente das etapas de elaboração do Plano de Manejo, acabei assumindo a gestão da Unidade após a sua aprovação. Então, quero fazer um agradecimento aos gestores que trabalharam durante esse período de elaboração. Foram quatro gestores: a Natália, a Letícia, o Marcelo e a Emily, que fez a aprovação dos Planos junto aos conselhos deliberativos, as comunidades tradicionais beneficiárias. E eu gostaria de fazer uma ressalva, um agradecimento especial a Natália, que foi uma gestora que, por motivos de saúde, teve que se afastar do funcionalismo público até então e, com certeza, estaria durante esse momento na aprovação dos Planos de Manejo, e participou das primeiras etapas de elaboração do Plano de Manejo. Queria agradecer todo o corpo técnico da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e parceiros que trabalharam durante a elaboração e todas as etapas do Plano de Manejo. Agradecer o Nalon, que vai fazer a apresentação na sequência dessas etapas. Mas um agradecimento especial também à equipe de Planos de Manejo da Fundação Florestal, que fez toda a condução e organização desse processo das duas Unidades de Conservação, ou dos dois Planos de Manejo dessas duas Unidades de Conservação. Queria ressaltar também, por mais que sejam um momento, talvez, simples, mas é um momento, creio que inédito, no CONSEMA. É a primeira vez que Planos de Manejo de duas Unidades de Uso Sustentável da categoria de reservas extrativistas entram na plenária do CONSEMA. Nós, no Estado de São Paulo, nós só temos três reservas extrativistas. As três reservas extrativistas estão localizadas em Cananéia, sendo uma federal, Resex do Mandira, e as duas Unidades que entram hoje na apreciação da Casa do CONSEMA para análise. E aí um agradecimento mais que especial, mas também um momento de reflexão. A gente tem poucas categorias, ou poucas Unidades dessa categoria, e quero agradecer muito as comunidades tradicionais que residem, fazem uso dessas áreas, que são territórios também tradicionais delas, e que muitas dessas participaram ativamente da elaboração do processo participativo de elaboração do Plano de Manejo e que têm uma condição diferenciada de gestão, que a gestão dessas Unidades de Conservação é feita através dos Conselhos Deliberativos que têm poder decisório, inclusive na aprovação dos Planos de Manejo, que essas comunidades aprovaram em dezembro de 2023, e hoje está sendo submetida também ao CONSEMA. E encerro minha fala até por um tempo também, as demais pautas. Nós elaboramos um pequeno vídeo, colocar uns seis minutos mais ou menos, juntando as duas Unidades, para tentar apresentar um pouco dessas Unidades de Conservação e dos seus usos pelas comunidades tradicionais beneficiárias. Obrigado, gente.

01:19:38 Naiana Lanza: Obrigada, Edson. Só um minutinho antes de começar. O pessoal que está online está conseguindo ver o vídeo? Não? Só um minutinho, então, pessoal. Acho que agora foi aqui. Vocês estão vendo aí, pessoal, só para confirmar? Beleza, então.

01:20:59 Exibição de vídeo: O Estado de São Paulo é o mais populoso e desenvolvido do Brasil, sendo um importante centro econômico, cultural e também ambiental do país. Seu território, além de reunir grandes centros urbanos, áreas industriais e agrícolas, apresenta extensas áreas protegidas, abrigando ecossistemas de alta diversidade e relevância, como a Mata Atlântica e o Cerrado. Essas áreas garantem a conservação da biodiversidade, a proteção de recursos hídricos e o sustento de diversas comunidades tradicionais. Dentre as inúmeras categorias de Unidades de Conservação presentes no território paulista, existem três reservas extrativistas, todas localizadas no extremo sul do estado, na cidade de Cananéia. Além da sua importância histórica como uma das cidades mais antigas do Brasil, a cidade de Cananéia integra a maior área contínua de Mata Atlântica remanescente e está inserida no complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, que é considerado pela IUCN como o terceiro estuário do mundo em termos de produtividade primária e um dos mais bem preservados. A região ainda é reconhecida como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO e zona Núcleo da Reserva da Biosfera, integrando ainda a área tombada da Serra do Mar e de Paranapiacaba. E desde 2017, reconhecida como Sítio Ramsar, pela Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional. Nesta importante e conservada região, que abriga diversos ambientes como costões rochosos, praias, estuários, restingas, manguezais, ilhas e montanhas cobertas por florestas, vivem povos e comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras em intrínseca relação com o meio ambiente. As reservas extrativistas são Unidades de Conservação criadas para uso de populações extrativistas tradicionais e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade. No ano de 2008, o Governo do Estado de São Paulo criou as duas únicas reservas extrativistas estaduais, sendo a Reserva Extrativista Taquari e a Reserva Extrativista da Ilha do Tumba. Criada pela Lei Estadual 12.810, de 2008, que instituiu o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, a Reserva Extrativista Taquari foi criada para o uso das comunidades locais e aos pescadores artesanais de Cananéia. Em sua área de 1662 hectares, a Resex Taquari é formada sobretudo de ambientes lagunares e manguezais que margeiam os rios Taquari, Cantagalo, Carapaça e Tabatinguera, bem como algumas áreas de restingas. Essas áreas são utilizadas historicamente pelas comunidades locais para a coleta e manejo de ostras nativas e caranguejos uçás, bem como para a prática da pesca artesanal, com utilização de petrechos e estruturas como os cercos fixos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e segurança alimentar de muitas famílias. A Resex Taquari é gerida por um Conselho Deliberativo organizado em conjunto com a RDS Itapanhapima. O Conselho é formado por representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada e, em sua grande maioria, por representantes das comunidades tradicionais beneficiárias das duas Unidades de Conservação. Conforme previsto na legislação, os Planos de Manejo das RESEX e RDS são aprovados pelos Conselhos Deliberativos por meio de uma resolução deliberativa dos conselhos. O processo de elaboração do Plano de Manejo da Resex Taquari foi iniciado em agosto de 2019. Atravessou todo o período da pandemia, sendo realizadas diversas reuniões e oficinas com as comunidades beneficiárias para caracterização, zoneamento e programas de gestão da Unidade. Após um amplo e transparente processo participativo para a construção do Plano, em 5 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da Unidade aprovou o Plano de Manejo da Resex Taquari, sendo

publicada a Resolução Deliberativa do Conselho. Também criada pela Lei Estadual 12.810, de 2008, a Reserva Extrativista da Ilha do Tumba foi criada para o uso das comunidades tradicionais da Ilha do Cardoso e da região do Ariri. Com uma área de 1128 hectares, a Resex da Ilha do Tumba é formada sobretudo por ambientes lagunares e por manguezais que margeiam o canal do Ararapira e os rios Iriú de Cima e Iriú de Baixo, mas também conta com algumas áreas florestais de restinga e da Floresta Ombrófila Densa. As comunidades tradicionais beneficiárias utilizam historicamente estas áreas para a prática da pesca artesanal, realizando também a coleta de ostras e caranguejos e a retirada de produtos florestais para a construção de estruturas tradicionais, como os cercos fixos, muito utilizada por pescadores artesanais na região. O turismo de base comunitária é muito organizado e consolidado nos territórios das comunidades tradicionais. Nos rios da Resex ocorrem passeios de caiaque acompanhados por monitores ambientais credenciados que saem da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. A Resex da Ilha do Tumba é gerida por um Conselho Deliberativo formado por representantes de órgãos públicos, entidades da sociedade civil organizada e, em sua grande maioria, por representantes das comunidades tradicionais do Marujá, da Enseada da Baleia, da Vila Rápida e do Ariri. Após um amplo processo participativo, em dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da Unidade aprovou o Plano de Manejo da RESEX, sendo publicada a Resolução Deliberativa do Conselho.

01:27:20 Naiana Lanza: Perfeito. Seguimos, então, agora com o Nalon. Então, agora te convido o senhor Marco Nalon, que foi o relator dos processos da CTBio. E, na sequência, a gente abre para comentários do plenário. Nalon, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA.

01:27:45 Marco Nalon: Obrigado, Naiana. Bom dia a todos conselheiros, conselheiras. Bom, adorei o vídeo. Eu não tinha visto ainda e foi ótimo porque eu estava tentando decorar e guardar todas as informações e vocês viram com maior qualidade aqui, a importância dessas duas áreas. E ressaltar, de novo, que é a primeira vez que a gente tem essa categoria de Unidade. Então, acho que as próximas, a gente tem as RDS também na fila, então elas têm essa característica, e vai muito de encontro com o que já foi colocado hoje pelos conselheiros aqui, da questão das comunidades tradicionais, então existe realmente essa preocupação. Nosso conceito, nossa ideia, é que a conservação não pode competir com ela mesma, ela tem que se unir em cooperação. Bom, eu presido a Comissão de Biodiversidade de Áreas Protegidas e nesse âmbito que eu, dessa vez, o IPA, na figura do IPA nós assumimos a relatoria. Vou pedir desculpas que eu estou chegando de férias hoje, assim que você fez aniversário, ainda estou em outro fuso horário. Bom, a gente vai apresentar, na sequência, as duas reservas extrativistas, a da Ilha do Tumba, depois a do Taquari. Vocês vão ver a motivação de fazer as duas em conjunto, que elas são muito similares nos seus objetivos, nas suas metodologias. Tem a diferença da área física, mas muito próximas entre si. A do Taquari faz parte, as duas Resex fazem parte, na verdade, do Mosaico Jacupiranga, e aqui é como é que está o andamento de todas as unidades do mosaico. Eu nem sei de cabeça todas, mas são, acho que na parte de dezena, então, no Mojac Sul, onde estão essas duas unidades, já tem três Planos enviados ao CONSEMA, contando com esses dois. O Mojac Norte já tem Planos em fase de devolutivas, e um em etapa de zoneamento. E o centro já com três Planos em fase de elaboração distintas. Nós apreciamos anteriormente, em reuniões passadas, o plano do Parque Estadual Lagamar Cananéia, que vai retornar ainda para a finalização dele. Foi aprovado parcialmente no seu zoneamento e temos questões para resolver, e ele acaba se sobrepondo um pouco com essas duas reservas também, como a gente vai ver. Bom, a Ilha do Tumba, como já foi colocado, a localização dela bem aqui na

pontinha do Litoral Paulista, ali vizinha com a Ilha do Cardoso, com aquele cordão de areia que a gente está sempre ouvindo falar. Ela tem a característica de ter comunidades caiçaras, formada principalmente por manguezais, que é um ecossistema objeto de muita, vamos dizer assim, não conflita, mas de conversa, de se preservá-los, é um ambiente que já foi muito ocupado, a gente tem ainda uma boa reserva dentro do estado de São Paulo e é bom saber que muito desses manguezais ainda estão em Unidades de Conservação. E praticamente eles utilizam para isso, a pesca artesanal. Essa é a grande atividade que se realiza lá dentro e também realiza algumas atividades no território que está em terra firme. Às vezes, a extração de madeira para construir a parte de pesca, eles também exploram um pouco de agrofloresta, meliponário, tem alguns outros usos que complementam também as atividades da comunidade nessa área. Aqui a gente tem uma timeline do processo participativo, como já foi destacado aqui. Resex, Reserva Extrativista, possui um Conselho Deliberativo, então é o diferencial para as outras Unidades de Conservação, que tem um Conselho Consultivo. Isso é um fato, que acho que tem que se destacar muito, e os trabalhos começam ali em 2019, com todas as etapas previstas no roteiro metodológico, que é seguido para todas as Unidades de Conservação e também previstos pela legislação de serem cumpridos, isso é importante ressaltar, até que, em 2023, no finalzinho do ano, 7 de dezembro, a gente teve a deliberação final de aprovação do Plano de Manejo. E quem participa desse Conselho Deliberativo? Os atores locais, quem está ali dentro, as comunidades que estão ali no território, realmente. Aqui, um breve resumo do zoneamento. Vocês vão ver que quando a gente compara esse zoneamento com os zoneamentos que a gente tem de uma unidade de proteção integral, ele é bem mais simplificado, não só pelo tamanho da área, como também pela utilização. A gente não está visando só a conservação da área, aqui a conservação está muito associada à presença da comunidade, isso que é legal porque a gente sabe que não é só colocar a cerquinha na unidade, não deixar ninguém entrar, às vezes é necessário isso para se preservar uma área que está sob grande pressão, ameaça, mas muitas das vezes, a maior parte das vezes, quando a gente tem as comunidades tradicionais presente, são elas que garantem também essa sustentabilidade, a preservação da área. O zoneamento ele tem, os critérios básicos para um zoneamento são os de sempre, que é o entorno, as unidades já existentes, como é que ela se comunica. Aqui no caso, já é claro, é um mosaico de unidades, elas são um quebra-cabeça, realmente, uma se encaixa na outra. O levantamento de informações de uso, quer dizer, a gente tem um reconhecimento inicial, uma identificação dos atores que estão na área. A gente identifica as comunidades que estão ali ou não, O uso de cobertura do solo, planos de utilização dos recursos, no caso aqui, o principal, como já coloquei, é a pesca. A questão do meio físico, fragilidade, recursos hídricos e também sempre se leva a questão do histórico potencial de uso para a visitação, o turismo também entra como uma fonte de recurso importante para essas áreas. O roteiro metodológico para essas áreas prevê duas Zonas: a Zona de Manejo Sustentável Intensivo, que é onde vai dar a maior concentração das atividades, no caso aqui, a pesca artesanal; e o Sustentável Extensivo são aquelas outras atividades que eu já mencionei, que não são as principais, mas que dão suporte a essa daqui. As áreas que são previstas no roteiro são as que estão descritas aqui. Nesse caso, como vocês vão ver também, se repete na Resex da Ilha do Taquari. Essas áreas estão previstas, não estão mapeadas no momento, não existe uma área definida, mas o roteiro metodológico prevê que elas possam ser mapeadas futuramente, conforme esse plano vai ser colocado em ação e até numa próxima revisão. Aqui a gente tem um mapa inicial, essa área em verde mais clara é a Zona de Amortecimento. Ela tem também praticamente o que define a área de Zona de Amortecimento, conectividade da vegetação, uso do solo, drenagem. São os padrões gerais que a gente usa para definir Zonas de Amortecimento e Unidades de Conservação. O destaque ali que vocês vão ver onde tem o

verdinho, a esquerda hachurado, é onde essa Zona de Amortecimento coincide com a Zona de Amortecimento do Parque Estadual Lagamar Cananéia, que já teve uma aprovação prévia aqui. Então, elas absorvem aqueles regramentos do parque e não há conflito entre eles, essas Zonas de Amortecimento. Aqui a gente tem as duas principais zonas, a central ali, laranja mais escuro, é a Zona de Uso Intensivo, onde se vai te dar a atividade principal de pesca artesanal principalmente, e as áreas mais claras acabam coincidindo com as áreas que tem sobreposição com terra firme, mesmo onde tem moradia, agrofloresta e outras atividades complementares. Aqui é só um outro detalhe da Zona de Amortecimento, essa verde escuro, repetindo um pouco lá. E os programas de gestão, aqui é uma foto de toda comunidade do Conselho Deliberativo em uma das oficinas. Complementando o plano, o plano traz programas de gestão de manejo e recuperação para a área, desenvolvimento sustentável, interação socioambiental, proteção, fiscalização, pesquisa e monitoramento. Todos esses programas já fazem parte do corpo do Plano de Manejo, que todos conselheiros receberam, e aqui é o principal documento. Nessa reunião, que já mencionamos, de 7 de dezembro de 2023, numa deliberação favorável de nove votos contra um, foi aprovado o Plano de Manejo com aquele Zoneamento, com as regras que trazem cada Zona, e também com os Planos de Gestão pelo Conselho Deliberativo. A etapa posterior a isso já foi o encaminhamento agora para esse ano, para a Comissão de Biodiversidade, para fazer o último pente fino, olhar, conversar com os conselheiros e ver se existe alguma dúvida a respeito dele. Então, informações gerais ali, aí tem todas as informações. A outra unidade, a Resex de Taquari, ela é vizinha, nem dá para ver um pouco ao mapa, mas a diferença deles, uma está mais ao sul, uma pouco ao norte, mas são muito próximas entre si. Também elas têm a mesma característica de assegurar a pesca para pescadores tradicionais da região. Ambiente também muito parecido, um ambiente de manguezais, áreas úmidas com algumas porções de solo. Passou também pelo mesmo crivo do processo participativo, desde 2019 até 5 de dezembro de 2023, seguindo todo o rito do roteiro metodológico, legislação, até aqui eu vi a deliberação do Conselho Deliberativo mesmo. Mas aí ela já teve sua aprovação também do plano. Vamos dar uma olhadinha aqui no resumo do Zoneamento, ele segue os mesmos critérios, que não vou repetir todos, e também ele tem a mesma característica. No momento ele tem as duas Zonas de Manejo Sustentável Intensivo e Extensivo. Nenhuma das áreas foi mapeada até o momento, até que esse plano, assim, você joga o plano, ele nasce, aí ele começa a ter vida própria, isso que é importante. Quero ressaltar que o principal papel do Plano de Manejo é dar um instrumento de gestão para a área, independente de qualquer outra situação que se encontre lá, em termos de ocupação ou de questionamentos, porque esse manejo é importante para o gestor, porque ele tem um instrumento realmente eficaz para poder, eventualmente, fazer uma fiscalização mais intensiva, fazer um planejamento melhor da área, até que qualquer outra situação que se sobrepõe a essa unidade seja resolvida. Mas ele já tem um instrumento muito forte para fazer isso. A Zona de Amortecimento é a área em verde. Ela pega ali a direita, boa parte, superfície é mar praticamente, onde se dá a pesca. À esquerda a mesma situação, vocês estão vendo um verde com hachurado. Ela também se sobrepõe a Zona de Amortecimento do Parque Estadual Lagamar Cananéia, que também já tem seu regimento aprovado parcialmente aqui. Os critérios para delimitação da área são sempre os mesmos padrões, os levantamentos são homogêneos, e aqui dá para dar uma ideia que, comparando Ilha do Tumba, ela é um pouco maior, essa parte laranja maior é a área onde se dá a maior parte do uso intensivo de pesca artesanal. Tem duas áreas histórico culturais, Sambaquis. E ali a porção mais clarinha é onde se dão as outras atividades, a similaridade do que acontece na Ilha do Tumba. Usos de agrofloresta, exploração de maneira para subsistência e também meliponário e coisas do tipo. Assim, é quase que um pacote básico de sobrevivência no modo

de vida local, como é que eles atuam ali. Também aqui, a Zona de Amortecimento se repete. Programas de gestão, os mesmos tipos de programas de gestão, que são padrão do roteiro metodológico. Ali você tem as quantidades de diretrizes de cada um dos programas, todos aprovados também. O detalhamento deles estão no Plano de Manejo, só para lembrar. A deliberação do Conselho Deliberativo também. Aqui tem até o ranking, 13 votos a favor, dois contrários, aprovando o Plano de Manejo, como ele foi apresentado aqui, de forma bem resumida. Então, ele teve aqui, foi enviado ao CONSEMA em 2024, e também enviado, as duas Resex entraram em conjunto esse ano na CTbio. Agora sim, quando eles entram aqui na CTBio, nós realizamos duas reuniões. Foi logo após a nova composição no CONSEMA, a gente até atrasou um pouco isso para que não houvesse essa quebra, fazer uma reunião com um grupo, e depois uma reunião com outro grupo, não fazia muito sentido. Nós seguramos um pouquinho, mas valeu a pena. A gente teve a primeira reunião no dia 7 de julho e, nessa reunião, foi praticamente feita a apresentação um pouco mais detalhada do que vocês viram hoje, do meio físico, meio biótico, sociocultural, o Zoneamento foi um pouco mais detalhado para todos os conselheiros. Houveram já discussões entre os conselheiros, levantando dúvidas, principalmente, ou levantando considerações. Dúvidas desde a composição do conselho, a sobreposição dele com outras Unidades como PELC, e outros que estão em análise. Também a competência e limites do Plano de Manejo. Um ponto importante que foi ressaltado, até pelo Rodrigo Levkovicz, na reunião, foi exatamente o que já coloquei aqui, qual o papel do Plano de Manejo? Existe essa demanda, e essa ansiedade natural de comunidades tradicionais, de ter seus territórios reconhecidos, é mais do que correto e esperado, entretanto, o Plano de Manejo, não é ele que faz esse reconhecimento. O fato de estar ali mais detalhado ou não, não é isso que vai dar alguma garantia, mas sim, ele já identifica a presença dessas comunidades dentro do Plano. E é aí que eu digo, outros processos em outros órgãos que podem vir alterar o plano são perfeitamente compatíveis. O plano não é uma cerca intransponível, à medida que novas áreas são reconhecidas, novos dados são oficialmente divulgados, essas informações podem e devem ser acopladas ao Plano. Ou seja, a gente pode ser revisto a qualquer momento. Então, houve essa explicação, e também a questão que foi levantado muito o como é que se é feito a gestão de conflitos internamente, foi discutido pelos conselheiros. Aí a função do Conselho Deliberativo, que tem representantes de todos esses atores que estão ali, isso foi geral para as duas Unidades, a mesma discussão, o tema era pertinente para as duas. Depois de uma segunda reunião, na reunião seguinte, no dia 6 de agosto, foi enviado um relatório a todos os conselheiros trazendo os regramentos, as normas que constam em cada Zona, que também são texto, vamos dizer, padrão. Existe um padrão nas normas das Zonas, a gente não fica inventando cada Plano de Manejo, uma zona, uma norma diferente, existe um padrão do roteiro, essa é a grande vantagem de se ter esse roteiro metodológico. E foi apresentado os relatórios técnicos, algumas questões sobre normas de aceiros e a questão de incêndio foram levantadas. São normas que trazem, no Plano de Manejo, e não estavam assim, ele não chega no nível de detalhe, precisa fazer um aceiro de 10 ou 15, 20 metros. Às vezes, o Plano traz uma orientação geral, que se deve ter isso, e foi levantado que já existe, dentro da casa, está em andamento, uma proposta de lei para que se aplique no estado inteiro, na questão de aceiros, que a gente está falando de aceiros, principalmente em relação a questão de fogo. Então, o texto nós absorvemos isso, assim, o que vai ser aplicado, qual a lei? É a lei que estiver vigente no momento para ser aplicada, que não é só para aquela Unidade e sim para o Estado de São Paulo inteiro. E aqui o ajuste solicitado no Relatório, 'conforme parâmetros a serem estabelecidos por órgãos competentes'. Então, a medida que a gente tiver orientação de como realizar aceiros, proteção de incêndio, tudo isso, isso é incorporado automaticamente ao Plano de Manejo. Tirando isso, naquela reunião foi aprovado os Planos

também pela CTBio por unanimidade. Então, as considerações finais que o Plano, tanto de Ilha Tumba como Taquari seguiram as orientações do roteiro metodológico, o conteúdo de caracterização também foi considerado qualificado o suficiente para elaboração dos zoneamentos e dos programas. Os Planos foram discutidos no Comitê de Integração de Planos de Manejo, que a gente tem essas duas etapas: existe o Comitê de Plano de Manejo, que é composto por IPA, CETESB, DPLA, DPFA, a Fundação Florestal, esqueci alguém? Praticamente, acho que esse pessoal é o grupo que trabalha, também coincide com o pessoal que faz os levantamentos, mapeamentos, os levantamentos de dados necessários. O grupo de Plano de Manejo da Fundação sintetiza essa informação. Então, dentro do comitê, eles já tinham aprovado, é uma aprovação técnica do documento, para que ele pudesse ser encaminhado ao CONSEMA e depois ao CTBio. A participação da sociedade possibilitou o aprimoramento através do Conselho Deliberativo, e também com reuniões setoriais, não eram só aquelas reuniões dos conselhos. As propostas foram devidamente aprovadas, quer dizer, o rito todo de elaboração técnica, acompanhamento do Conselho Deliberativo e aprovação do plano final foi totalmente cumprido e, após o encaminhamento ao CONSEMA, nós tivemos duas reuniões de CTBio, que normalmente é o de praxe. A gente sempre tem uma reunião de apresentação do Plano e uma segunda reunião para uma discussão, um aprimoramento do que está escrito no texto. Normalmente em duas, três reuniões, extraordinariamente, a CTBio consegue trazer uma boa relatoria. Então, no âmbito da CTBio, os Planos foram aprovados com os ajustes apresentados na última reunião que foi colocada. Então, essa é a relatoria que eu trago dos dois Planos e, na sequência, deixo aberto para considerações dos conselheiros. E está aqui toda a equipe que cuida da área, gestora. Qualquer dúvida que tiverem mais detalhada a gente pode também esclarecer aqui, ok? Muito obrigado.

01:51:53 Naiana Lanza: Obrigada, Nalon. Então vamos organizar as falas, os comentários aqui do plenário. Primeiro, aqui ainda o pessoal do plenário e, na sequência, online. Aqui do plenário, alguém gostaria de fazer um comentário ou alguma consideração? Victorino. Mais alguém? Henrique. Dauro também. Então aqui no plenário, Victorino, Henrique e Dauro. Vamos ver online, só um minutinho. Online não temos nenhum inscrito para falar. Então, por favor, Victorino.

01:52:35 Eduardo Victorino: Primeiro, vou te parabenizar pela apresentação, parabenizar a Fundação Florestal e dizer que o Plano de Manejo é fundamental, é importantíssimo. Não só o Plano Manejo, mas também a revisão do Plano de Manejo. E aí, eu só tenho uma preocupação de quando aparecer coisas novas, a gente demora muito tempo em inserir no Plano de Manejo Quando ele é primeiramente feito, ele é importante. Eu tive o privilégio de participar de dois Planos de Manejo, no Parque Estadual de Itapetinga e Itaberaba, feito com a comunidade. Foi muito bom, uma experiência ímpar, porque a gente consegue entender o que a sociedade traz para nós. Então, parabéns, eu acho que esse é o caminho certo. Parabéns a toda a galera que está aqui atrás, é um trabalho que não é fácil de fazer, a gente sabe que é bem complicado porque é muito técnico, não é só a sociedade que traz para nós, mas a técnica ela tem que prevalecer ali. Então, fica esse meu comentário da preocupação da gente quando vai revisar esse Plano. Tem Planos hoje que tem muito tempo já e não foi revisado em nenhum momento. Se há alguma forma da gente trazer essas coisas com mais rapidez e colocar essas alterações no Plano de Manejo. Mas mais uma vez, parabéns pela apresentação e vamos seguir. Obrigado.

01:54:00 Naiana Lanza: Obrigada, Victorino. Nalon, vamos fazer o bloco e depois as áreas se manifestam, pode ser? Então, na sequência, Henrique, por favor.

01:54:08 Henrique Kefalás: Bom dia novamente, pessoal. Primeiro, parabenizar as equipes pela elaboração do Plano de Manejo. A gente sabe que é um processo longo, de muito debate, muita mobilização, muita articulação no território, e chegar em um produto do Plano é uma satisfação para todo mundo envolvido nisso. E, ao mesmo tempo, também que é um marco, um marco para o Estado de São Paulo ter as primeiras reservas extrativistas do Estado com o Plano de Manejo aprovado. E, nesse sentido, acho que é importante a gente lembrar a origem dessa categoria da Reserva Extrativista. Isso começa na luta do Chico Mendes, no Acre, na União dos Povos da Floresta. Isso aparece como uma categoria inovadora dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e ela tem como seu objetivo central o uso sustentável dos recursos naturais. E a gente precisa entender que o uso sustentável dos recursos naturais é uma estratégia de conservação. Quando a gente regulamenta esse uso, estabelece isso em diálogo, não sobrepondo o conhecimento técnico científico ao conhecimento tradicional, mas equivalendo isso, trazendo essas perspectivas, colocando isso em diálogo no mesmo grau de importância e reconhecendo que essas medidas tradicionais contribuem, que esses conhecimentos tradicionais contribuem para a conservação da natureza, isso é fundamental para a gente avançar nessa categoria de Unidade. Acho que é uma coisa que a gente precisa ainda compreender melhor com vocês, como é que vocês estão trabalhando essa questão das famílias beneficiárias, porque a categoria de Reserva Extrativista pressupõe que a gente tenha o cadastramento das famílias beneficiárias. E essas Reserva Extrativista, se elas são para além dos objetivos de conservação, elas são vetores de desenvolvimento territorial. É uma categoria de Unidade que pressupõe o acesso a outras políticas públicas, com políticas públicas associadas a moradia, acesso a energia, acesso digno às condições de habitação, que consiga conceder créditos para produção sustentável nos territórios. Então, esses elementos têm que estar articulados também na execução da gestão dessas áreas. E isso é um desafio para Unidade de Conservação, porque para a Fundação Florestal, porque historicamente a Fundação trabalha com proteção integral, isso está muito refletido na estrutura dos programas de gestão, etc. A gente vê que ainda há um desafio institucional de como é que é olhar para a promoção do uso sustentável, para a promoção do desenvolvimento territorial, para a valorização da produção nesse território. Me chamou a atenção que logo no preâmbulo do relatório fala que o objetivo é a visitação e a pesquisa. Eu falei: “pô, mas não é Resex?”. E aí, como é que a gente reflete isso? Como sendo esse o objetivo central da Reserva Extrativista, e a gente entender também que vamos falar daqui a pouco, quando entrar o Plano da RDS, que quando foi construída a Reserva do Desenvolvimento Sustentável, ela foi a tentativa de trazer um reflexo do que era a Reserva Extrativista para o contexto amazônico, para o que seria uma Unidade de Conservação que reconhecesse povos e comunidades tradicionais, pensando no contexto da Mata Atlântica, que é a pluriatividade, a integração de não só uma atividade extrativista, mas várias outras formas de gestão desse território. Então, acho que esses são pontos que a gente precisa entender. Eu gostaria de saber de vocês como é que foi esse trabalho com essa perspectiva das famílias beneficiárias, como é que vocês vão avançar nisso e no acesso às demais políticas públicas que uma reserva extrativista pressupõe na sua base de criação? Um outro ponto que eu acho que a gente precisa falar, e aí até remetendo um pouco a fala do Rodrigo mais cedo, que infelizmente, ele precisou sair, são as questões de estrutura e funcionamento da Fundação. Foi dito aqui que as equipes estão no limite e a gente que atua nos territórios vê que as equipes estão no limite. A gente pega documentos históricos, que falam, por exemplo, do **Separni** (01:58:10), que hoje é o Núcleo Perequê, lá na Ilha do Cardoso, tinha 33 funcionários na década de 70, quando foi criado. Hoje a gente tem dois funcionários na mesma Unidade de Conservação.

Então, assim, se as equipes internas estão no limite para poder construir essas ferramentas e depois conseguir implementá-las, porque esse é o maior desafio, construir é um grande desafio, mas implementar é um desafio duas, três vezes maior. Então, se existe esse limite, imagina o limite das comunidades que precisam dessa interlocução com o Estado para poder ter essas políticas efetivadas no território. E aí a gente precisa voltar ao assunto da reestruturação da Fundação Florestal, como é que está essa situação? Já foi abordado aqui no CONSEMA, a gente não conseguiu avançar muito, como é que isso se desenrolou. Foi apresentado um trabalho iniciado com a FIA, depois a gente desceu para os conselhos das Unidades de Conservação, coletou perspectivas e depois isso não retornou para nós ainda. Então, eu também deixo essa sugestão de como é que a gente aborda nas próximas reuniões do CONSEMA esse processo de reestruturação da Fundação, e como esse processo vai estar reconhecendo o papel de povos e comunidades tradicionais, como foi bem dito aqui pelo Nalon, de que a cerca não resolve, mas a presença das comunidades no território é que resguardam e salvaguardam esses territórios. Então, como é que a gente trabalha nessa perspectiva frente aos desafios da capacidade institucional e o reconhecimento dessas comunidades que estão no território e exercem papel fundamental na conservação da biodiversidade? E aí, eu entro também para o ponto da questão do Comitê Integrador dos Planos de Manejo, porque qual é o fluxo metodológico da coisa? Constrói na Unidade de Conservação, aprova, a gente tem aqui uma característica de conselho bem específico, que são os conselhos deliberativos, aí isso vem para o Comitê Integrador, que tem a atribuição técnica e jurídica de fazer ajustes nesse Plano, isso depois vai para a Comissão Temática de Biodiversidade e chega até nós aqui no plenário. Mas qual o retorno disso? Principalmente pensando que é Conselho Deliberativo. Então, essas mudanças que são feitas no Comitê Integrador, na Comissão Temática de Biodiversidade, já são um certo problema quando a gente está falando de Conselho Consultivo, quando a gente fala do Conselho Deliberativo, então é mais imperativo que haja esse acompanhamento desse conselho até o final desse processo. A gente viveu, Fernando, um fato inédito no Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Norte, que as comunidades vieram zelando e acompanhando o Plano de Manejo até a plenária aqui no CONSEMA. Como é que a gente garante isso para esses processos dos Planos de Manejo como um todo? E, especialmente falando de Conselho Deliberativo, que é o conselho que tem uma maior atribuição, força, delibera, decide pelas medidas que vão ser adotadas no território. Então, acho que esse é um outro ponto fundamental e que isso vai recair de alguma forma também nesse processo de aprimoramento do roteiro metodológico. Como é que a gente consegue aprimorar esse roteiro metodológico desses Planos de Manejo, tratando dessa particularidade do uso sustentável, que é um ponto diferenciado dentro das condições de conselho e medidas a serem adotadas pela Fundação Florestal na gestão desses territórios. E aí, para finalizar mesmo, acho que tem alguns pontos críticos que eu queria ouvir de vocês, como é que foi tratada, por exemplo, essa questão da pesca amadora, que isso não é uma atividade do ponto de vista tradicional das comunidades, é uma atividade exógena ao território, que chegou, existe no território, requer algum tipo de atenção. O Conselho Deliberativo deliberou pelo não desenvolvimento dessas atividades no território, entenderam que isso não era a atividade preponderante na atividade deles. E a gente vê, muitas vezes, uma tentativa de, e aí que eu volto, vou falar um pouco do bem, entre aspas, não me entendam mal essa questão, um certo “vício” do trabalho com a proteção integral, que às vezes recai na abordagem do uso sustentável. Quer dizer, o pessoal, não, vai para essa atividade do turismo aqui, isso talvez vai te dar mais renda do que se ficar trabalhando na extração dos produtos. Mas o que a gente precisa pensar é na valorização desses produtos, como é que esse produto está integrado nos programas de aquisição de alimentos, alimentação escolar, recebendo o reconhecimento de preço justo, podendo trabalhar o

fomento à produção das atividades tradicionais e não a perspectiva de substituição da atividade tradicional por uma atividade turística, para uma atividade exógena ao território, e que tem, na sua base, a necessidade das garantias básicas, água de qualidade, acesso à água, acesso à energia, acesso à entrada e saída do território pelo ambiente estuarino, pelas vias de estradas. Então, acho que esses são pontos que precisam estar melhor endereçados. Eu entendo que tem muita coisa ainda a ser feita, que o próprio plano fala disso, que coisas vão ser desenvolvidas ao longo da implementação do plano, mas acho que a gente precisa estar sempre falando de uso sustentável olhando para essa conciliação entre a conservação, o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e o acesso às políticas públicas estruturantes para a permanência e produção sustentável nesses territórios. Obrigado.

02:03:37 Naiana Lanza: Obrigado, Henrique. E na sequência, o Dauro, e depois eu passo a palavra para as pessoas responderem.

02:03:42 Dauro Marcos do Prado: Bom dia para todos e todas. Acho que o Henrique já falou muito das coisas que eu ia colocar, bem colocada. Duas coisas: eu acho que a partir do momento que vocês, primeiro parabenizar o trabalho, muito lindo, muito bacana, e eu sei que também não é fácil, é muito difícil trabalhar tudo isso, mas se vocês devolveram depois, que estava tudo já trabalhadinho, devolveram para a comunidade para fazer os últimos ajustes ali, para depois vir para o CTBio e para o CONSEMA. E a outra questão, da importância que esse Plano de Manejo traz para comunidades tradicionais, tanto para o gestor, como o Nalon falou, que vai ter uma ferramenta ali, mas para as comunidades tradicionais também, de como eles vão usar aquele território, como que eles vão fazer a pesca, fazer o cerco, enfim, várias questões que ele usam ali. Então eu quero reforçar Fernanda, que está sempre na frente disso e a gente está discutindo lá também a questão do nosso território, que está na Estação Ecológica da Juréia, essa escuta, eu acho que é super importante ter essa escuta com as comunidades. Eu acho que não deve ser atropelado, assim como dizem os caiçaras, esse Plano de Manejo tem que ter uma escuta e tem que ter calma, porque as comunidades tradicionais não têm a mesma percepção, a mesma velocidade de pensar, de analisar essa questão mais técnica, do que os técnicos, então é super importante que vocês escutem de fato a comunidade tradicional e para fazer um bom Plano de Manejo, que é bom para a Unidade de Conservação, mas bom também para as comunidades tradicionais. Obrigado.

02:05:34 Naiana Lanza: Bom, obrigada. Então eu passo agora uma palavra Nalon e as equipes da Fundação Florestal e estendo o convite também a conselheira Victória, que representa a Fundação aqui, caso ela queira também fazer comentários para a gente seguir. Nalon e equipe da Fundação Florestal, por favor.

02:05:51 Marco Nalon: Vou pedir ajuda dos universitários, sem dúvida, mas só para começar, Victorino, acho que a resposta para essa pergunta, boa parte vai vir na apresentação seguinte do como é que está o Plano de Manejo. Sem dúvida, a revisão de Planos de Manejo é tão difícil a gente conseguir fazer do que executar a primeira versão. Essa é uma demanda que a gente sempre teve, a cada cinco anos se fazer, mas está todo mundo fazendo o máximo para pelo menos zerar a fila. Depois a gente entra na fila da revisão, mas isso é muito importante. Claro que dependendo da situação, da urgência, essa fila deixa de existir também. Tem uma coisa muito clara, objetiva, imediata, a gente não vai falar, espera dar os cinco anos que a gente vai tratar do assunto. Não é uma regra escrita na pedra, tem essas situações que a gente tem que prever sempre no andar da carruagem. Das demais questões, eu vou passar a bola para vocês, Fernanda, todo mundo, que tem muito a ver com

o desenvolvimento. Vocês estiveram lá com a comunidade desenvolvendo, eu só faria uma observação geral, é claro que a questão do tempo é sempre crucial e, no tempo de entendimento, no tempo de conversa, mas mesmo considerando na hora essas diferenças culturais e de conhecimento, a gente tem realmente esse caminho. Você começa o Plano de Manejo, os mapeamentos, vai no Comitê, a questão técnica lá é mais para garantir a qualidade realmente dos dados levantados, todos os dados que vão compor o Plano. Então esse comitê é o chato: “Olha, isso daqui não tem vírgula, esse dado é assim”. Então, quando vai para comunidade, os dados para serem colocados e debatidos, e até eles entenderem e serem ouvidos, isso é importante, porque já tem um material de primeira qualidade embaixo. E é claro, aí que vem a parte legal, porque a gente vai com a informação técnica e aí vem a informação do território. Eu tive uma experiência interessante, vou contar um caso também, Jonas. Um caso com comunidades indígenas no Maranhão, que eu ajudei a preparar dois mapas com imagem de satélite na época, aquelas imagens que a gente mal entende, com o mapeamento de uso do solo, e a gente fez o mapeamento com as etnias locais, eram vários lá, os Krikati, entre eles, onde a gente colocava, também eles desenhavam o uso do solo deles. Aqui a gente faz a festa tal, aqui a gente faz a pesca com a planta que deixa os peixes dormirem. Enfim, foi fantástico. E o mais fantástico é como é que eles olhavam aquela imagem de satélite que não é uma coisa trivial, e parece que eles viviam no espaço olhando aquilo, falando: aqui é tal lugar. Eu mal conseguia, não são imagens que a gente vê no Google, aquela mais. Então esse cruzamento é importante. Acho que é isso que é o trabalho que ficou lá de 2019 a 23, praticamente quatro anos de conversa com a comunidade que é: “Olha, está aqui a base, agora tem que construir os alicerces, o alicerce aqui, e eu vou construir as paredes. Então essa escuta sempre se procura fazer com maior cuidado, ouvir realmente, e o principal, quando chega lá numa reunião final do Conselho Deliberativo, supõe-se que houve realmente o entendimento das partes. E nesse caso, que é onde o principal ator ali da unidade é a comunidade que está lá, que vai conviver com aquele ambiente, vai tirar sua subsistência dali, a sustentabilidade, é saber que ele deixou claro quais são as atividades que precisa dizer: “Eu preciso tirar a madeira de vez em quando, porque eu preciso fazer aquele cerco vivo na água, e ele é feito com madeira. Então, essa ligação toda, acho que fica clara e transparente, porque é um cuidado maior. É um cuidado que a gente tem sempre com todos. Eu procuro nunca superestimar e nem subestimar a capacidade. Depois dessa experiência com os Krikati, eu vi que eu estava subestimando às vezes a capacidade. O legal mesmo, só para finalizar essa história, eu explicando como é que era um sistema de coordenada de mapas, e fiz um jogo da velha para entender mais ou menos como é que a gente fazia aquele mapeamento, e um dos representantes de uns dos caciques não falavam. Ele levantou a mão que ele tinha uma pergunta. Sabe qual a pergunta que ele fez? Daquilo que eu estava explicando, o que era latitude e o que era a longitude? Ele já tinha linguagem técnica. Eu fazendo o joguinho da velha, aquele batalha naval. Ele: O que é latitude e o que é longitude? E queriam saber se havia alguém dentro do satélite pilotando, era uma dúvida deles. Então, superestimar é ruim, é subestimar, é da mesma forma. Fernanda, eu passo para vocês esclarecer as outras dúvidas, pode ser?

02:11:41 Fernanda Lemes de Santana: Eu acho que assim, na sequência, Victorino, acho que só para complementar a fala do Nalon, ele trouxe bastante. Na minha próxima apresentação eu vou detalhar um pouco mais sobre as revisões, mas acho que gostaria de destacar aqui sobre Resex. Quando a gente fala de roteiro metodológico para as outras categorias, nós trabalhamos tecnicamente todos os procedimentos e trouxemos especificamente para as Resex etapas específicas. Isso fica muito claro no processo participativo. Então, quando a gente fala de Conselho Deliberativo, quem dá a última palavra,

então, já Dauro e Henrique, é o conselho. O conteúdo que nós estamos avaliando foi o conteúdo aprovado, deliberado. O feedback, o retorno para as comunidades é a última etapa, como todos os outros Planos. O processo é aberto, a gente consegue dar as devolutivas. Saiu a deliberação, o Plano está aprovado. E no que se refere a metodologia de Resex, eu acho que isso é bem importante, nós temos duas etapas de devolutivas: uma, a escuta das contribuições e a outra para tomada de decisão. Então, com isso, a gente traz para a metodologia as especificidades da categoria. Então, isso foi muito trabalhado. No que se refere a revisão, e aí eu acho que a metodologia também traz isso, nós trouxemos uma norma específica na minuta de resolução, no Artigo VI, Inciso 5º, que fala sobre os instrumentos de gestão, que são os planos de utilização. Então, o Plano de Manejo trabalha numa escala macro, onde ele traz diretrizes e normas macro, e o plano de utilização traz as especificidades de território. É como se fosse o projeto executivo da Unidade. Portanto, qualquer atualização que seja necessária para atender a demanda das comunidades, o instrumento, nesse artigo, está previsto. Então acho que é isso. Com relação às outras unidades antigas, com metodologias anteriores ao roteiro metodológico, eu falo um pouco mais na próxima apresentação. Henrique, acho que você falou muito do processo das APAs Marinhas. Acho que sim, foi um grande aprendizado. Linha d'Água foi um parceiro no processo de mobilização e participação social. Eu acho que foi um aprendizado muito interessante, viu, Henrique? As equipes se estruturaram para dar conta em parceria com os gestores, com o território, a mobilização desses trabalhos. Então, acho que, primeiro, acho que a parceria é sempre bem-vinda, podendo ajudar, estamos juntos sempre. Eu acho que é o seguinte, com relação aos beneficiários, eu vou passar para o Edson, mas no final da minha fala, porque eu acho que vale a pena destacar o seguinte, com relação às equipes, eu acho que primeiro, com o surgimento do Comitê de Integração, nós envolvemos um número muito significativo de técnicos e pesquisadores na elaboração desses trabalhos. A equipe do Núcleo é uma equipe reduzida. Nós ganhamos fôlego como? Com o envolvimento do território, com os conselhos, com os gestores e com isso, claro, não significa que a gente não tenha que ter um a mais na equipe. Mas o que eu estou querendo trazer é o seguinte: o Plano de Manejo é feito por muitos atores, não só da instituição, mas locais, e eu acho que isso traz esse sentimento de pertencimento, de participação. Com relação a implementação, eu acho que a gente traz nos programas uma nova lógica de elaboração das ações, metas e diretrizes. Infraestrutura, recurso humano, precisa ser trabalhado ação por ação, que seja capitaneando um recurso internacional, que seja recurso do próprio Estado, mas o que fica muito claro para nós no roteiro: os Planos precisam ser trabalhados de forma executiva. Eu acho que isso está claro, inclusive na metodologia dos outros Planos. Agora, o recurso precisa ser pensado, planejado, ação por ação. Isso está posto na própria metodologia. Sobre a reestruturação da Fundação. Victoria, eu acho que o Rodrigo não pôde estar presente, mas depois eu passo então para a Victória. Com relação ao Comitê de Integração, eu vou trazer um pouco mais, eu acho que é importante e foi muito oportuno, viu, Jonas? E obrigada pela oportunidade, Naiana, trazer para o CONSEMA a estrutura lógica de planejamento desses trabalhos. O comitê tem um papel fundamental, tem a supervisão do subsecretário e, com isso, as equipes ganham peso, ganham apoio institucional quando vamos para o território com uma proposta trabalhada. O que precisa ficar claro? O comitê é um comitê técnico científico. Ele é um comitê para alinhamento de ações e discussões técnicas. Antes de qualquer etapa participativa, a gente trabalha tecnicamente e a gente vai para o território com esse conteúdo alinhado. O que significa, no caso concreto, o Resex, esse material foi trabalhado ao longo do processo, todo o conteúdo sendo incorporado, às contribuições incorporadas nos documentos, então, as comunidades, por meio das oficinas setoriais, puderam contribuir e, por fim, o Comitê aprova um documento que vai para as devolutivas e manifestação. Portanto, a última palavra foi do

Conselho Deliberativo e não do Comitê. Acho que isso é importante entender, que o Comitê não tem um papel deliberativo, ele tem um papel técnico-científico de estruturação de processo. E aí quem dá a última palavra, segundo a metodologia, tanto a deliberativo quanto o consultivo, o conselho. Então, a gente chama de etapa de devolutivas e manifestação, ou deliberação. E isso está no roteiro. Eu acho que foi muito pensado e trabalhado com todos para garantir isso que você questionou. Quem dá a última palavra? Como que a gente leva as devolutivas para o território e garante esse conteúdo alinhado com as comunidades que viveram esse trabalho? Então, acho que é isso. Por fim, eu acho que quando a gente fala de recursos, e acho que é um pouco o que o Henrique trouxe também, tudo bem, a gente estrutura um Plano de Manejo, várias normas, os beneficiários, o Edson vai comentar um pouco, mas o mais importantes, os programas de gestão, com ações, atividades, metas, indicadores, condicionantes, condicionantes lê-se a necessidade de recurso, condicionantes lê-se a necessidade de apoio. Isso só vai se dar durante a implementação. Então, cada unidade vai conseguir, a partir de uma análise, parcerias, trazer o recurso necessário. Mas isso é na implementação. E por fim, eu acho que é bem importante, o Programa de Desenvolvimento Sustentável prevê diversas ações de apoio às comunidades, inclusive com aporte de recurso, a questão do financiamento e etc. Então, acho que, em síntese, eu acho que é para deixar todos tranquilos, que a metodologia ela trouxe essa preocupação de atender às especificidades da categoria. E aí, claro, as adaptações serão realizadas no roteiro. Passo para o Edson e depois para a Victória.

02:19:25 Edson Montilha De Oliveira: Acho que a Fernanda fez excelentes colocações, mas queria só fazer duas complementações referente a questão dos beneficiários das comunidades tradicionais. A gente tem, no próprio ato de criação, que criou as Unidades de Conservação, ela define quais são essas comunidades tradicionais, usuários ali. Então, para a Resex da Ilha do Tumba, ficou definido as comunidades tradicionais da Ilha do Cardoso e região do Ariri e, para Resex Taquari, os pescadores artesanais de Cananéia e comunidades locais. É amplo, acho o que o Henrique está colocando é a questão do detalhamento de quais são as famílias, que entra numa questão de cadastro. A gente tem cadastros preliminares, que precisam ser atualizados. Isso está previsto como ação zero ou um nos programas de gestão do Plano de Manejo. Acho que a partir desse cadastramento vocês têm um detalhamento melhor das famílias beneficiárias, de quais políticas públicas, acessos elas podem ter a partir deste momento, que vão para além também do próprio benefício, de ser beneficiária da Reserva Extrativista. Mas é uma etapa que a gente avança na implementação. Eu acho que em termos de gestão, é uma etapa, a gente acabou de falar, é a primeira vez que está aprovando o Plano de Manejo, mas gestão, por mais que reservas extrativistas tenham já um tempo, ainda, eu concordo que a gente precisa evoluir um pouquinho mais nos seus entendimentos, nas formas de gestão, do reconhecimento das decisões tomadas muitas vezes pelas comunidades tradicionais beneficiárias, mas que dentro do processo participativo, quem fez as indicações dos seus representantes, das participações nos Conselhos Deliberativo, foram as comunidades tradicionais e os segmentos. E essas unidades devem sim, prever, da melhor forma possível, a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável, econômico, das famílias beneficiárias. Nem Fundação nem o Conselho vai ver de forma diferente desse olhar, que qualquer ação que deva ser criada e gerida, muitas vezes deve partir das comunidades tradicionais beneficiárias e, principalmente, trazendo melhorias para a condição de vida, para a qualidade de vida dessas famílias. Em relação ao turismo também, que foi citado e que preciso deixar ressaltado também, quando se pega todos os registros das etapas participativas, teve manifestações de segmentos sim, da pesca amadora, mas as comunidades beneficiárias foram contrárias a execução da pesca

amadora esportivas em suas áreas de uso, nos seus territórios, e algumas contrárias totalmente, outras, caso, após a aprovação delas, em um processo de ordenamento fosse revisto, mas que trouxesse benefícios para elas, principalmente. Eu acho que por mais que tenha aparecido na apresentação, não é essa menção do turismo de pesca, ou da pesca amadora esportiva. A gente precisa mencionar ali a questão das comunidades beneficiárias da Resex da Ilha do Tumba. Tem um turismo de base comunitária muito organizado nos seus territórios, nas suas comunidades, principalmente na Ilha do Cardoso, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, mas tem já algumas atividades de turismo pela Associação dos Monitores, que tem comunitários também, que fazem parte da associação, com passeios ali de caiaque para a área da Reserva Extrativista. No caso do Taquari, quando está mencionado ali, há um interesse de beneficiários de comunidades de terem atividades de turismo de base comunitária naquelas áreas. Isso não está, por mais que apareça a palavra turismo, não tem uma relação direta com o turismo de pesca ou da pesca amadora que ele não foi aprovado pelas comunidades tradicionais beneficiárias. E inclusive para Taquari, a gente está com o processo de fazer um estudo preliminar de turismo de base comunitária junto com a RDS Itapanhapima, que é uma outra unidade que deve entrar dentro em breve também no CONSEMA, na CTBio antes, no Comitê de Integração, mas que também foi aprovado já pelo Conselho Deliberativo, conjunto com Taquari.

02:24:11 Fernanda Lemes de Santana: Acho que só um complemento, por favor, se me permite. Com relação à pesca amadora, acabei esquecendo, mas tem uma norma específica na minuta que proíbe a atividade no Artigo VII, inciso 2º. Isso, uma das minutas, eu não vou lembrar exatamente de qual delas. Era isso. E sobre o cadastro, também temos no Programa de Interação Socioambiental uma ação, uma diretriz e uma ação específica para atualização do cadastro dos beneficiários. Então isso está previsto e, portanto, na implementação, muito provavelmente vai ser realizado isso.

02:24:50 Victoria Marcondes Karvelis: Bem, só para responder, então, acho que a equipe e o restante da equipe da Fundação Florestal já sanaram os demais apontamentos. Quanto à reestruturação, só lembrando que os conselheiros foram convidados a participar, a fazer contribuições depois da apresentação inicial que teve nesse momento aqui no conselho. E a gente está em processo de finalização internamente para fazer uma devolutiva, então, para apresentar por aqui também, em que pé que internamente decidimos. Faço destaque também que essa forma de conservação, com a importância das comunidades tradicionais para a conservação da sociobiodiversidade e a valorização dos modos delas de vida e também de cadeias produtivas sustentáveis, está incluso nesse processo de reestruturação como um dos norteadores disso. Acho que a gente já vê isso nos PSAs, mas a ideia é que a gente consiga fazer isso de uma forma mais ampla, acho que tem muito a ver com apontamentos sobre a gestão de uso sustentável. Mas é só isso. Obrigada.

02:25:56 Naiana Lanza: Obrigada, Victória. Passo a palavra agora ao subsecretário Jônatas para os comentários finais.

02:26:03 Jonatas Trindade: Acho que primeiro, elogiar o trabalho, o trabalho bem feito. Eu vou ser bem sincero, pessoal, eu quando cheguei aqui em São Paulo, eu tinha uma desconfiança muito grande em relação a esse tipo de trabalho, pela prática. Eu sou servidor federal, sei da dificuldade que é elaborar, fazer um trabalho desses, a elaboração de um Plano de Manejo, e fazer toda essa articulação e discussão. Então o pessoal pega, segura, firme, né, Fernanda? E é uma equipe muito qualificada, que traz realmente a informação

correta e consegue trabalhar de uma forma muito própria nesses Planos de Manejo de uma forma geral. Isso então, para mim, foi uma grata surpresa, a forma como é conduzido o trabalho de forma organizada, de forma participativa, com todas as nuances técnicas necessárias para ter realmente um trabalho robusto, um plano robusto. Eu acho que esse é um primeiro aspecto, falar de uma forma geral. E segundo, eu acho que isso se mostra, na forma que isso é um case de sucesso, porque assim, elaborar um Plano de Manejo quando você, por exemplo, contrata um Plano de Manejo, então a gente sabe o tanto que isso demanda internamente da mesma forma, porque a demanda vem para a equipe técnica da mesma forma. Ou seja, se você tem uma equipe que está fazendo a gestão e ao mesmo tempo é demandado para poder trabalhar, ele acaba sendo sobrecarregado nesse trabalho, acaba sendo um duplo trabalho. Então, a forma como tem sido conduzida essa discussão e esse trabalho de elaboração do Plano de Manejo tem sido muito satisfatório, para não dizer excelente, no sentido de que, tecnicamente, tem a contribuição de todos, tem a participação do IPA, tem a participação de todos os atores técnicos da Secretaria, tem uma participação da comunidade, daqueles diretamente afetados. Então, o resultado tem sido a qualidade do Plano de Manejo, que tem sido aprovado de uma forma geral aqui no CONSEMA. Eu acho que isso é um primeiro aspecto. Em relação a necessidade de revisões ou ajustes, eu acho que isso faz parte do processo e a Fundação também já tem um *modus operandi*, uma forma bastante própria de condução e tem funcionado muito bem, de uma forma muito boa. Então eu tenho que dar os parabéns realmente a todos os que têm participado diretamente desse processo. Complementando a fala do Henrique, eu acho que a questão do uso sustentável e a estratégia de conservação, esse é o caminho, não é, Henrique. Eu acho que é a forma como a gente tem enxergado e como a gente tem envolvido as comunidades, aqueles que vivem no território, com esse olhar de conservação, desenvolvimento sustentável. E em relação à questão da estrutura, acho que já foi colocado aqui, mas eu acho que vale falar o seguinte: a Fundação tem feito esse trabalho de uma forma muito própria, com muita capacidade técnica, muita discussão, muito envolvimento dos servidores, dos empregados da Fundação. E aí, cabe ressaltar que essa estruturação, ela também tem um trabalho em paralelo, que também já está bastante avançado, que é de valorização do corpo funcional. Nós estamos num processo final de melhoria da carreira dos servidores da Fundação, com a melhoria salarial que em breve vai ser posta em prática. Todo mundo ansioso para ter o salário melhorado. E isso também tem muito na questão do fortalecimento das estruturas da Secretaria. A valorização dos servidores que já estão e valorização daqueles que virão, porque se a gente não valorizar o salário e dar um salário digno para os servidores, dificilmente a gente consegue, por exemplo, fazer um concurso e atrair gente de qualidade, como temos na Fundação. Então, essa foi a estratégia trabalhada, tanto de estruturação, de melhoria dessa governança da Fundação, pensando na estrutura e na forma de funcionamento, e na valorização do corpo funcional. Então, a gente tem conseguido avançar, muito em breve, até o final do ano, vai ter esse reflexo direto no salário dos empregados, dos servidores da Fundação. E, em paralelo, a questão da reestruturação, que eu tenho certeza que vai melhorar a governança e com toda a experiência que a Fundação tem. Então é isso, acho que esse reflexo disso vai gerar, eu tenho certeza, a possibilidade da Fundação realizar, em breve, concurso público, em breve, eu estou falando para o ano que vem, que esse ano a gente não consegue viabilizar. Mas pensar no médio prazo num concurso, para poder reforçar a equipe técnica. E aí, entendendo também o cenário, pessoal. Eu sou servidor público há algum tempo, alguns anos. Eu estou completando agora em outubro 20 anos que eu sou servidor público efetivo, e o que eu vejo no serviço público é uma lógica um pouco diferenciada. Meus pais são servidores públicos, aposentados. Na década de 80, a gente via aquela esplanada, que eu sou de Brasília, muito movimentada, com muita gente, e os

processos e a dinâmica do serviço público foi mudando ao longo do tempo. A tecnologia também trouxe avanços tanto na eficiência no serviço público, como a mudança, inclusive de normas que também restringem, de uma certa forma, a possibilidade de novas contratações, seja pelos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal ou na forma como a política pública vem se desenhando desde a Constituição de 88, que a gente sabe que a Constituição de 88 trouxe uma série de obrigações para que os Estados, o Estado brasileiro, considerando a União, estados e municípios, implementem políticas públicas. O número de políticas públicas aumentou muito de lá para cá, então os custos da administração pública aumentaram muito. E isso não veio de uma certa forma, isso não necessariamente significou aumento dos quadros do serviço público. Mas o que a gente verifica é que a evolução e o profissionalismo que tem sido imprimido na administração pública, de uma forma geral, e isso se reflete tanto na gestão municipal, estadual ou federal, é que a gente vê a melhoria, a gente sabe que não é, às vezes na velocidade que o que o cidadão espera, mas o que a gente vê é uma melhoria na prestação do serviço público de uma forma geral, e o que eu olho, olhando para a Fundação, eu vejo muito isso, esse compromisso, esse cuidado com o meio ambiente e o compromisso na prestação de ter esse alinhamento muito próximo com as comunidades, de ter essa proximidade, tanto de buscar soluções de forma conjunta. Só para relatar, ontem, no final do dia, nós tivemos a reunião pedida pelo Ministério Público Federal, Estadual e Defensoria Pública, para discutir um caso específico. Mas assim, o que a gente enxerga é que há, sim, um trabalho feito, sendo realizado por todos os atores para a melhoria da gestão das Unidades, com o olhar especial com a população que se encontra nesses territórios, com o objetivo de fortalecer cada vez mais a presença dessas pessoas de forma digna, de forma construída e de forma cuidadosa, com o olhar do social e ambiental. E acho que falei demais, mas é só para contextualizar que existe esse compromisso público, independente de gestão. O que eu estou falando, assim, não é independente da política, porque tem um corpo técnico, que é comprometido, e que faz a coisa acontecer, independente de quem esteja a frente da gestão. Eu faço parte desse processo e de uma forma muito feliz posso falar que esse processo é um processo muito bem conduzido, cuidadoso, trabalhado e qualificado. Então, eu fico muito feliz de poder fazer parte desse processo. E tenho certeza que a Fundação, o IPA, as diversas estruturas da Secretaria, DPLA, todo mundo que faz parte desse processo tem feito de uma forma muito harmoniosa e de uma forma muito consensualidade e trabalhada de forma técnica, e se reflete no resultado excelente que vocês fizeram. Então, parabéns pelos Planos. E aí, vamos seguir aqui com a nossa reunião do CONSEMA.

02:34:33 Naiana Lanza: Bom, então seguimos. Agora passamos a deliberação. Então, começamos com aqueles que são contrários à aprovação dos relatórios finais da CTBio em relação ao Resex Taquari, Ilha do Tumba. Alguém aqui no plenário é contrário à aprovação do relatório final da CTBio? Online também não. Então não temos ninguém contrário. Alguma abstenção? Temos aqui, online, a abstenção do Ministério Público. Então, a abstenção do MP. Anotado. Passamos então agora aqueles a favor. Por maioria, acho que a gente pode já ir por maioria. Foi aprovado o relatório final, os relatórios finais da Comissão Temática de Biodiversidade e em relação aos Planos de Manejo da Resex Taquari e Ilha do Tumba. Então, foi aprovado pessoal. Bom, então seguimos. Fernanda que já está aqui conosco. Por favor. Convido então a Fernanda também a fazer a apresentação pela Fundação Florestal, para o nosso próximo ponto de pauta, que é uma apresentação sobre as estratégias e cronogramas de elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estadual, que conversa muito com alguns questionamentos que foram levantados. Por favor, Fernanda, seja bem-vinda ao plenário do CONSEMA.

023:36:03 Fernanda Lemes de Santana: Obrigada, pessoal. É uma honra estar aqui depois de duas aprovações, dois Planos de Manejo aprovados por unanimidade. Obrigada a todos, Jônatas. Todos presentes. Vamos lá. Eu estou um pouco nervosa, mas continuaremos. A proposta aqui, pessoal, acho que não apresenta, claro, a metodologia, sim, mas o planejamento, a organização desses trabalhos, até para que todos tenham muito claro o que significa trazer aqui um plano, quiçá dois, três, quatro. Então começamos aqui, pessoal, com o horizonte do conteúdo que a gente vai estar discutindo. Então, primeiro, falar dos critérios para estruturação de um planejamento que não é fácil, que envolve muitos técnicos e pesquisadores e atores. Então, nós temos um cronograma geral, o cronograma que a gente sempre traz a série histórica de execução. Eu acho que é mais importante não só ter um cronograma, mas entender o planejamento inicial, o que está sendo executado, as interferências, intercorrências, o que precisa ser feito para que essas intercorrências sejam resolvidas, estágio de execução de cada plano, acho que é importante porque nós mandaremos em breve muitos Planos para cá para aprovação, se Deus quiser, ações civis, estágios de execução, então nós temos sim, algumas ações em execução e acho que é importante mostrar o status dessas ações, relação, então previsto, executado, o esforço das equipes muito citadas aqui, acho que é importante a gente trazer, e as diversas demandas que a gente tem. Comitê de Integração, falar um pouco mais muito rápido sobre o Comitê e roteiro metodológico e, por fim, exemplificar, fechando com o caso Unidades do Mosaico Jacupiranga. Nós já trouxemos duas unidades, mas acho que ilustra outras categorias para demonstrar o esforço das equipes. Bom, primeiro, o que a gente precisou fazer. Vamos falar no passado, porque a gente já tem um cronograma em execução. Diagnóstico situacional, ou seja, entender o número de unidades, quantas com Planos, quantas sem, e os casos específicos, porque nós tínhamos metodologias, outras, Planos em andamento com metodologias, outras também sendo adotadas. Estratégias e estruturação de plano de ação, execução e implementação desses Planos e a revisão pensando sempre que um planejamento precisa ser ajustado continuamente. O aprendizado local, ele retroalimenta um planejamento, e um bom planejamento precisa ser ajustado ao longo da execução. Com isso, o que nós temos? O cronograma organizado por critérios técnico-científico. Então, o ranqueamento não foi escolha aleatória. Nós pensamos em conjunto com os técnicos e pesquisadores, diretores, gerentes, gestores quais seriam os critérios? Primeiro, concentração de unidades, mosaicos, unidades sobrepostas, contíguas, próximas. Depois, a relevância dessas unidades frente a proteção dos atributos, entender o percentual de atributo protegido, bioma, hectare, singularidade, vulnerabilidade dessa unidade, entendendo o contexto do entorno, então as pressões sofridas. Então, tudo isso foi levado em consideração para fecharmos um ranqueamento e, por fim, estudos existentes. Então a gente trabalhar um Plano de Manejo que já tem um banco de dados consolidados, dados secundários, isso significa menos esforço da equipe técnica, porque nós já temos muito conteúdo pronto. Então, nós organizamos, isso a título só de exemplo, exemplificação, cinco blocos. Nós começamos a organização desse cronograma com o projeto piloto lá em 2016, 11 unidades, cinco categorias, mas outras unidades que já tinham seus Planos iniciados com metodologias específicas e a gente chamou de metodologia de transição. Então nós começamos com 15 Planos. Depois desse piloto estruturado, aí sim, a gente reorganizou os blocos. Aqui são os blocos do ponto de vista territorial, então são cinco, não vou ficar citando, mas é só pra entender que a gente trabalhou quantidade de unidades por bloco. Vocês vão ver que a nossa realidade não é essa. Vamos lá. Aqui pessoal, esse cronograma é uma ilustração do acompanhamento dos trabalhos. Claro que eu não vou ficar aqui citando e nem dizendo exatamente de forma detalhada todas as cores, mas o que eu quero que vocês percebam, o cinza claro à esquerda foi o nosso planejamento 1, é o nosso V0, em 2019. 2029 é o fim do

nosso planejamento com as adequações. O que eu quero que vocês observem? O primeiro retângulo vermelho, é a intercorrência com a COVID19. O que nós fizemos do ponto de vista estratégico? Antecipamos. Não sei se vocês conseguem perceber, algumas unidades que foram recém criadas, estudos recentes. Então, durante a pandemia, a gente teve que, sim, paralisar diversos processos participativos. A gente não pôde ir para o território, para não ficarmos parados nós sim, alinhamos com alguns conselhos o trabalho online, 100% online, e a gente conseguiu antecipar algumas unidades, e não antecipamos de forma aleatória, a gente antecipou porque estudos recentes, unidades criadas em 2018, e nós estávamos em 2020. Então acho que com isso mostra um pouco o planejamento inicial e as intercorrências iniciais. Depois, percebam que o nosso bloco 2, uma concentração de verde escuro e verde claro. O que significa isso? Trabalhos em execução. Nós temos o Mosaico Jacupiranga, Juréia, Ilha Comprida, etc, etc, etc. Todos aqui nesse bloco 2. Percebam que nós temos esse bloco 2 extenso. Só para colocar aqui a previsão inicial era um ano e meio para 14 unidades de forma escalonada. Nós temos muito mais prazo de execução desses Planos. O que eu estou querendo destacar? Outras intercorrências no segundo retângulo vermelho, e é importante entender, um Plano de Manejo não consegue ser planejado no papel, 100% executado dessa forma, porque a gente depende do tempo das comunidades. Acho que isso primeiro, depois nós tivemos algumas ações civis que foram incluídas, com prazo para execução. Também tivemos que trazer para dentro do bloco 2. Conselhos, eu acho que o que é importante entender, não tem Plano de Manejo sem conselho, então a gente precisa ter o conselho instituído. Tudo isso trouxe para a gente readequação. O que eu quero que vocês vejam é a quantidade de tempo gasto no bloco 2. Conforme a gente vai trazendo unidades novas, os que a gente está trabalhando, a gente vai estendendo o prazo. Isso significa, o que é importante? Embora a gente tenha intercorrências, observem que de 89, primeiro plano aprovado, até 2016, em 27 anos, 35 Planos apenas. Isso significa um plano por ano. Enquanto que, em oito anos, por mais que a gente tenha as intercorrências, tivemos e temos intercorrências, em oito anos, 37 Planos significa cinco Planos por ano. Bingo. Aqui, pessoal, eu acho que é o mais bacana mostrar. No final, vocês viram que tinha um retângulo detalhando de 17 a 25. O que eu quero demonstrar aqui é o esforço das equipes? Então nós temos, sempre que a gente fala em Plano de Manejo, pessoal, tem que pensar na elaboração e aprovação. Veio para CTBio? Trabalho. Veio para o CONSEMA? Trabalho. E está em elaboração um trabalho. Isso significa demandar equipe. Então nós temos em aprovação o verde. Percebam aqui que nós temos um cenário de 17 até 25, que é o que temos hoje, e temos em elaboração o azul. Então, essa é a soma de Planos de Manejo em andamento por ano, que sejam em elaboração, que sejam em aprovação. E as bolinhas são os números dos instrumentos jurídicos aprovados. Um Plano de Manejo só pode ser considerado aprovado depois de publicado, ou uma resolução ou um decreto. Então, nós temos aqui um cenário de 20, 21, 22, o número que caiu, mas tem um cenário, uma expectativa positiva de ser aumentado para 25, nove Planos e, para 2026, 15. Isso significa trabalhar todos os Planos, tanto no CTBio e CONSEMA. 124 Unidades. Então, hoje nós temos, das 124 Unidades, 66 com Planos, 58, 100, sendo que das 58 Unidades que não tem Plano, nós temos 31 Planos em andamento. De 58, 31 são muitos Planos simultaneamente. Eu quero deixar isso registrado, tá? Então bora para o próximo. Aqui é um detalhamento, e eu acho que é bem importante todos saberem as etapas. Isso já foi apresentado, mas a gente trabalha todas essas etapas, tanto de elaboração quanto aprovação. Então, elaboração, planejamento, caracterização, zoneamento, programas de gestão, devolutivas e manifestação ou deliberação, no caso das RESEX e RDS. Aqui, pessoal, o que nós trouxemos para vocês a título de ilustração? Número de Planos por etapa, então, o azul a gente mostra o número dos Planos nas respectivas etapas e a relação dessas unidades com a ação. Então, o que a gente

observa? Planejamento: um plano com ação. Caracterização: seis Planos sendo um, uma ação. Zoneamento: quatro, dois com ação. Programas de gestão: sete, quatro com ação. E por fim, cinco com uma ação. E temos isso também registrado nas etapas de aprovação, a ser enviado ao CONSEMA: dois Planos, e em análise no CONSEMA: seis Planos, sendo que desses seis, dois são ação. Outro recorte destaque em vermelho retângulo, o que eu quero mostrar? Percentual de Planos em estágio avançado. Isso significa que desses 31 Planos, 70% já está na etapa de zoneamento, programas e devolutivas. Isso vai aumentar a nossa expectativa de CTBio e CONSEMA. Então, aqui, dos 31 Planos em andamento, 12 tem ação. Nós temos 23 em elaboração, seis no CONSEMA, sendo que dois a gente acabou de aprovar e dois finalizados a serem enviados. Aqui é só a título também de ilustração, a lista de Unidades com ação civil em execução. Duas ações a gente já encaminhou para o CONSEMA, que é a APA Ibitinga e a APA Cuesta Guarani. E temos ainda duas ações que estão em estágios específicos: o Parque Juquery e a APA Serra do Mar. Bom, com relação ao esforço das equipes, pessoal, a gente tentou ilustrar o esforço das equipes com Planos de Manejo, vamos dizer assim, sem intercorrências. Então, o que nós calculamos? Um Plano de Manejo sem intercorrência, lê-se tempo maior para oitiva das comunidades, sem uma ação civil ou outras intercorrências possíveis, a gente consegue fazer em um ano, 26 encontros. Percebam que a metodologia prevê a possibilidade de reuniões setoriais. Então, 26 encontros é um padrão. Se a comunidade necessita mais tempo, mais encontros e, portanto, mais tempo para execução. De toda forma, esse é um modelo sem intercorrências. E aí o tempo por etapa. Só para a gente ter uma ideia, isso foi dividido do ponto de vista de tempo, do ponto de vista de elaboração de estudos das propostas, então, não só da caracterização, mas das propostas, lê-se zoneamento e programas, reuniões e oficinas, lembrando que, para cada reunião, um mundo de trabalho precisa ser feito. O que significa? Preparar material adequado, significa organizar e planejar com as equipes, significa horas de reuniões para que a gente consiga ir para o território, sentar com as comunidades, registrar e trazer para gabinete novamente. Então, aqui a gente só trouxe o número, a gente não conseguiu ainda desenhar o tempo em específico. E, por fim, a consolidação dos documentos. Aqui, pessoal, é mais para a gente também ter em mente, se um plano sem intercorrência, 12 meses, percebam que o cinza e o amarelo é a relação entre previsto e executado. O previsto é aquele em 2019, o executado ao laranja. Quanto mais laranja, mais tempo nós gastamos no território. A pedido de quem? Das comunidades. Então, se a comunidade pede mais uma oficina, mais uma oficina vai ser realizada. Isso significa um tempo adicional. Aqui é só para ilustrar, de todas as Unidades, o Mojac, em especial, pessoal, falando de 14 unidades, diversas categorias, 14 unidades, 106 encontros e mais de 4.400 participações. Isso tudo contado lista de presença, pessoa por pessoa. E aqui, por fim, é só para registrar também os Planos em análise no CONSEMA. Os que a gente conseguiu trabalhar previsto e executado em um ano e os que a gente teve que aumentar o tempo em função das demandas e intercorrências. Sobre o comitê, eu acho que a gente já comentou um pouco sobre o comitê, mas eu acho que é importante reforçar a importância da instituição, do comitê. Isso significa envolvimento de muitos técnicos e pesquisadores. E, como o próprio Jônatas colocou, é o conhecimento acumulado e mantido na casa. Não é o contato de um consultor que o conhecimento vai embora. Acho que isso é importante trazer. Então 2016 foi criado, teve uma primeira reestruturação e nós estamos agora já também atualizando a resolução para reorganização em função do decreto. Quais são as funções do comitê? Como eu disse, não é deliberativo do ponto de vista técnico, mas ele tem uma função importante: articular institucionalmente. Pessoal, nós falamos de Plano de Manejo, envolve diversas áreas, para além da Secretaria de Meio Ambiente, para além da Sub, tem outros atores envolvidos, então a articulação é super importante, produzir bases, estudos e pesquisa. Então a gente conta com todos os pesquisadores do IPA e os técnicos

do sistema, acompanhar a implementação, uniformizar as metodologias e conceitos e fixar diretrizes, prazos e formatos. Essa é a composição do comitê. Então a supervisão é do subsecretário de Meio Ambiente. Então, nós temos o envolvimento da Sub de Meio Ambiente, Diretoria de Planejamento, Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia, Diretoria de Proteção, Fiscalização, Diretoria de Educação Ambiental, o IPA, Instituto de Pesquisas Ambientais, Fundação e CETESB. Então, esses são os representantes do Comitê. Por fim, pessoal, aqui o roteiro metodológico. Então nós tivemos diversas versões. Nós já estamos na quarta edição, e a quinta edição nós iremos incorporar todo o conhecimento acumulado das Resex e RDS. Isso vai ser então, a gente já está trabalhando nesse produto, a próxima edição. Aqui, só para ilustrar, do Mosaico, é mais pra mostrar por etapa inúmeras reuniões, então as imagens ilustram mais do que palavras. Então aqui as etapas, só para mostrar, até para o Henrique, o Comitê, olha isso, por etapa, Comitê, Oficina e Setoriais. Então, entre uma etapa e outra, nós temos internamente um trabalho, depois as oficinas, um território, ou setoriais, para depois a gente avançar para a próxima etapa. E isso a gente vai fazendo até o final do processo, onde devolutivas e manifestação é o último momento em que as comunidades registram o que querem como produto, ou deliberam, no caso das deliberativas. Aqui é o caso da APA Quilombos do Médio Ribeira. Então, nós começamos em 19, e aí o registro, percebem que entre uma etapa e outra eu trouxe alguns destaques de tempo. Um ano e oito meses, Pandemia, depois, um ano e três meses, Plano de Consulta das comunidades, e aí a gente foi trabalhando, 17 meses, etapa de zoneamento. Então nós começamos numa oficina, não foi suficiente. Duas, três. Estamos indo para a quarta oficina, o que significa? Acho que o Nalon trouxe aqui um exemplo, um caso dele, que é o seguinte: a gente precisa adaptar os materiais, a gente precisa levar o conteúdo de forma muito didática para que eles possam internalizar. Então, isso demanda tempo e mais reuniões, consequentemente. Então, nós estamos no caso concreto da APA Quilombos do Médio Ribeira, na quarta oficina. Previsão, maio de 26. Por fim, gente, a Caverna do Diabo também, acho um exemplo clássico. Nós estamos, as duas unidades no norte do Mosaico Jacupiranga. Também ilustrando, a gente começou esse trabalho de forma integrada e depois a gente separou em função das características. Então, uma unidade, falando de APA, com comunidades quilombolas, e a outra unidade de parque, também com presença de tradicionais, mas que a gente tem metodologias específicas. E aqui também ilustra bastante o atendimento às intercorrências, portanto, solicitações das próprias comunidades. Isso demanda mais tempo. Por fim, a previsão era terminar em março. Eles pediram mais tempo, prazo até dezembro de 25. Esse prazo foi dado. Então a gente está aguardando a coleta de contribuições, ressalvas, para que eles possam, no tempo deles, registrar as contribuições. E era isso, pessoal. Fechei de forma muito rápida e objetiva, mas muito complexo o conteúdo. Obrigada.

02:58:31 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Passemos agora aos comentários dos conselheiros. Alguém gostaria de comentar a apresentação feita pela Fernanda? Vamos aqui registrar primeiro no Plenário, Victorino, Henrique. Lúcia. Então, aqui no plenário, Victorino, Henrique e Lúcia. Online, Cris Murgel e Leduc. Ok.

02:59:01 Eduardo Victorino: Parabéns pela apresentação. Como é bom quando a gente percebe que tem carinho, tem coração no trabalho, isso é muito importante. Então, vocês merecem aumento mesmo, viu? O chefe já falou ali, então parabéns pela apresentação. Só tem uma dúvida: é muito trabalho e tem muita coisa pra ser feita. Tem alguma sequência que você avalia? Por exemplo, quando você falou ali do Parque Juquery, que é uma área de Cerrado muito importante, que sofre todos os anos com queimada, e lá não tem Plano de Manejo ainda. E todas as vezes que a gente conversa, a gente faz parte do conselho lá do

Juquery, a gente comenta sobre isso. Quando será que haverá o Plano de Manejo do parque Juquery? Então, eu tenho essa dúvida, se existe alguma forma de como é que vocês colocam essa escala, como é que vocês decidem qual que é mais importante? Qual é melhor? Qual é a sequência que vocês vão estar fazendo? E mais uma vez, parabéns pelo trabalho.

02:59:58 Fernanda Lemes de Santana: Obrigada. Victorino, essa pergunta nós respondemos de hora em hora, praticamente isso. Mas eu quero deixar claro: quando eu comentei sobre os critérios de ranqueamento, nós sentamos e nós tínhamos um passivo de X Unidades sem Planos de Manejo. Então a gente olhou o mapa, falou: Bom, e agora? Como que a gente vai organizar esse cronograma? Critérios. Então, o ranqueamento teve como base esses critérios, ou mosaicos, ou Unidades próximas sobrepostas, etc, etc. Na sequência, qual é o resultado desses critérios aplicados em um cronograma? Que não foi nada fácil. Esse ranqueamento. Eu não sei se fica claro, mas à esquerda são os blocos. Lembra que eu comentei? São cinco blocos de agrupamento: bloco um, dois, três, quatro e cinco. E o que está aqui, que é a barra de execução. Então, eu vou te falar o seguinte: enquanto a gente não consegue, em tese, terminar um Plano, eu não coloco o outro na frente. Porque um projeto, um cronograma, precisa seguir o que foi pensado e planejado. Só que não é o que a gente está conseguindo fazer, percebe? Isso significa atrasar. Nós estamos com 31 Planos de Manejo sendo trabalhados simultaneamente. Essa faixa demonstra a concentração de energia das equipes no bloco dois. Mas perceba que a gente está adiantando alguns. O que significa isso? Ação civil. Então a gente acaba trazendo para dentro desse bojo que está sendo executado outras Unidades que não estavam no ranqueamento. É importante deixar isso claro, porque se a gente seguisse minimamente o ranqueamento com as intercorrências, nós teríamos sim pequenas alterações, mas não tantas. Então a gente precisa ter isso muito claro, e por isso, eu acho, que aqui trazer para vocês esse esforço. O ranqueamento é para organizar o trabalho. Se eu fico trazendo um na frente do outro, eu não consigo garantir uma execução com qualidade eficiente. Então, a tua resposta direta com relação a Juquery, é o próximo bloco, mas eu tive que trazer outras Unidades específicas que não estavam no próximo bloco para dentro do meu bloco dois. Isso significa mais Unidades. Lembrando que a gente não parou o Mojac, gente, a gente não parou os Planos que nós estávamos elaborando, nós trouxemos novos. Juquery está dentro. Inclusive, tem uma ação civil ainda em tramitação, então muito provavelmente vai entrar no bloco dois em breve, estaremos lá no seu território. Obrigada.

03:03:00 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Passamos agora o conselheiro Henrique.

03:03:04 Henrique Kefalás: Bom, obrigado, Fernanda. Foi bom ver essa evolução dos processos e ver que tem uma versão de 2022. Então acho que aí já bebeu bem desse aprendizado do que foi das APAS Marinhas. E aí, só para eu confirmar se o entendimento é de que essa posição do Comitê de Integração mudou um pouco nessa revisão? Então, o que ela antes estava, como fazia o Plano no território, saído da Unidade de Conservação, e aí vocês faziam uma revisão disso e depois entravam no CONSEMA, então isso agora vocês estão mais dedicados no processo de planejamento e fundamentação disso, aí corre na Unidade de Conservação e da Unidade já vem direto pro CTBio, é essa etapa que eu queria entender o papel que está o Plano.

03:03:53 Fernanda Lemes de Santana: Posso só responder esse ponto? Acho que é melhor, porque aí não fica muito conteúdo. Eu acho que primeiro, desde sempre, desde 2016, a lógica sempre foi do roteiro. Processo aberto, inclusive nas APAs Marinhas, que você

participou intensamente. Claro que nas APAs Marinhas a gente acabou adaptando versão Sul, Centro e Norte, em função das especificidades. Mas essas foram as etapas. Qual o diferencial das APAs Marinhas? Já tinha um trabalho executado, tinha um contrato de mais de 4 milhões de reais, que a gente economizou, não gastamos. Esse dinheiro foi devolvido, ficou apenas 700 mil onde a gente usou a base de dados para dar continuidade. Então economizamos, com o Comitê, 4 milhões. Então, as etapas se mantiveram desde 2016. Então o Comitê participa, em conjunto com as comunidades, de todas as etapas. Então a gente produz tecnicamente, submete ao Comitê, esse material vai para o território, a gente coleta as contribuições, voltamos para o território com as devolutivas no final. Então, não sei se você lembra, as contribuições podem ser apresentadas ao longo do processo e ainda ao final, se o conselho não concordar com as devolutivas, eles podem apresentar ressalvas, exceto os conselhos deliberativos que aprovam e ponto. O conteúdo que a gente aprovou não teve ressalvas. A gente aprovou na íntegra o que eles apresentaram. Então acho que isso é pra ficar claro que não teve mudança de estratégia e metodologia. A gente sempre manteve a mesma desde 2016. É isso.

03:05:39 Henrique Kefalás: Não, era só pra entender esse ponto mesmo, porque eu lembro que na época tinha essa coisa de que, beleza, aprovou no conselho da Unidade, foi apontado ressalvas, votado pelo próprio Conselho da Unidade. E aí, depois ficava aquela pergunta: quem é que vai avaliar se essas ressalvas ficam ou não? E aí era uma coisa que a gente falava: pô, isso, então está no Comitê de Integração. E aí eu lembro que na época a gente fez essa coisa de falar: não, o Comitê, nesse caso aqui, não vai se manifestar. A gente vai direto pra CTBio. Então, essa etapa pós aprovação no Conselho Gestor da Unidade, e até chegar no CONSEMA, até entrar na CTBio. Então, qual é a etapa que está entre esses dois momentos?

03:06:23 Fernanda Lemes de Santana: O Henrique participou de um plano bem complexo, por isso que ele tem tudo na cabeça. Mas bem lembrado. E nós incorporamos essa lógica no roteiro. O que significa? Terminamos o Plano de Manejo, apresentamos todas as ressalvas antes. Aí eu já entendi o que você tá querendo dizer. Antes o Comitê falava: isso entra, isso não entra. Com a APA Marinha Norte, qual foi a lógica? E a gente vem adotando isso para todos os Planos de Manejo desde então. O Conselho apresentou ressalvas, ok, lista das ressalvas, instrui o processo e manda pra CTBio. Quem analisa quais ressalvas serão incorporadas ou não é a CTBio, percebem? Então, isso realmente teve uma mudança. Eu estava entendendo que era do ponto de vista de etapas, mas não, esse ajuste foi feito na metodologia e a gente vem adotando em todos, você vai participar provavelmente de alguns Planos nessa linha.

03:07:23 Henrique Kefalás: Entendi. Aí só mais algumas questões aqui. A pergunta de como vocês estão lidando com a consulta livre prévia informada? Então, isso é uma, está legalmente estabelecido. Os povos e comunidades tradicionais se apropriaram muito desse instrumento, dessa ferramenta e tem requerido cada vez mais que isso seja respeitado em qualquer processo que interfira nos territórios. Então, é uma pergunta, como vocês estão lidando? E aí, já aproveitando também, para perguntar de alguns outros instrumentos e ferramentas que, por exemplo, no Plano de Manejo das APAS foram criados, e aí, como é que vocês estão também avançando na regulamentação, na definição desses procedimentos. A gente fala sempre do zoneamento e áreas específicas, de uso específico e, no contexto das APAS marinhas, veio a figura dos acordos de gestão, que são ferramentas para tentar já viabilizar algumas medidas de planejamento e gestão territorial e de coisas mais

operacionais. Então, como é que tá isso também? Para isso ajudar a orientar essa implementação das áreas. Eu lembro que a gente até fez uma discussão na época, de como que os acordos já poderiam indicar as áreas, para a gente já não sair com a área criada, mas o acordo dizer não, aqui é um foco de gestão que a gente precisa, então o acordo vai colocar essa luz nessa Unidade de gestão que precisa ser trabalhada. Então, essas duas questões, da consulta prévia informada e esses instrumentos específicos, como o acordo de gestão.

03:08:56 Fernanda Lemes de Santana: Acho que sobre a OIT, a gente acha que a primeira experiência foi sim na APA Marinha Norte. Acho que é importante a gente colocar aqui. No Mojac, isso apareceu com muita força em função das comunidades quilombolas presentes e outras comunidades. E Juréia isso também está sendo discutido. O que é importante a gente deixar claro? Primeiro, a nossa metodologia de participação social, nós fizemos, tecnicamente um De Para do que está posto na OIT, do ponto de vista de premissa e do ponto de vista de obrigações, e o que está posto no nosso roteiro metodológico. Nós fizemos essa apresentação na Juréia, e o Daura estava lá. O De Para é para dizer o seguinte: a OIT traz como premissa a participação ampla, livre e prévia informada. Os processos participativos de planejamento já são, por natureza, dessa forma. Tem outros processos que são muito diferentes e talvez essa seja a luta das comunidades. Mas no que se refere ao Plano de Manejo é muito aderente ao que se solicita do ponto de vista de metodologia e de acesso às informações. Inclusive, acho que foi bem interessante o caso da Juréia, porque nós demonstramos quais são os instrumentos que seja o portal, que seja disponibilizar o material no portal, que seja encaminhar o material presencialmente, impresso, que seja disponibilizar as informações pós oficina. Isso significa deixar de forma prévia, informada a qualquer tempo para todos, percebe? Não somente para as comunidades tradicionais. Eu acho que o que nós temos como premissa é que essa participação seja ampla, de verdade. Setoriais, elas foram criadas para atender às especificidades das comunidades, para não ficar discutindo de forma macro com todos o que é necessário para comunidade um, para a comunidade dois. Então, mais um instrumento que nós trouxemos. Então, assim, a OIT, quando a gente fala de povos originários e quilombolas, percebe? Nós tivemos essas demandas específicas que nós trouxemos para dentro do trabalho. Mas acho que o que ficou muito claro e a gente falou não só em oficina, mas também por escrito, aderência da nossa metodologia, e isso eu falo com muita certeza. A gente garante a participação. É só olhar o nosso cronograma estendido para atender as demandas sociais. E isso foi com relação à OIT. Os acordos de gestão. Eu acho que assim, os acordos de gestão, o acordo, instrumento de gestão, o acordo, instrumento de gestão surgiu nas APAs Marinhas, mas muito em função das especificidades do território. Estamos falando de um território marinho, domínio público, com atividades privadas. Não é a realidade de outros territórios, percebe? Então, no caso das Resex, o Plano de Utilização é um instrumento de gestão deles, eu não preciso, e outra, é importante todos saberem, acordo de gestão nasceu de um acordo de pesca, virou gestão para entender que todos os acordos são importantes, então é muito específico para a natureza do planejamento marinho. E eu acho que isso não aparece com tanta força em outros Planos. Só para ficar registrado.

03:12:17 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Vamos seguir aqui com as perguntas. Eu vou sugerir os comentários da gente fazer blocos para tentar otimizar um pouquinho, pode ser? Então eu vou passar agora a palavra a Lúcia Sena e na sequência o Leduc, e depois a gente vai para o pessoal que está online, temos três pessoas online.

03:12:40 Lúcia Sena: Bom, Fernanda, você me deixou cansada, mas dessa vez, olha, a vantagem ou desvantagem, sei lá, da gente ser antiga, é que a gente pode trazer um pouco

de o porque as coisas acontecem. Então, eu quero aqui lembrar um pouco, e talvez a Fernanda não tenha deixado isso muito claro na apresentação que ela trouxe, que foi muito eficiente, é o seguinte: antes do Comitê de Plano de Manejo, nós tínhamos pouquíssimos Planos de Manejo aprovados no Sistema Ambiental Paulista. A gente contratava consultores que traziam produtos que cada consultor estabelecia o tipo de zoneamento com zonas díspares e cada Unidade de Conservação tinha uma tipologia de zona, o que realmente dificultava a gestão e que a gente tivesse os Planos de Manejo eficientes. Além disso, esses seus contratos, normalmente o que vinha era um número enorme de informações, normalmente dados secundários, que eram sugados do sistema e que custavam caríssimo. A Fernanda mesmo disse agora que a APA Marinha do Litoral Norte o contrato era de 4,5 milhões e acabou não funcionando. Então, em primeiro lugar eu acho que além da eficiência que o Comitê de Plano de Manejo trouxe, eu acho que ele trouxe outras vantagens, primeiro, a economia que se fez durante esse período de recursos públicos, utilizando a mão de obra da casa. E tem uma outra vantagem que eu acho fantástico, é com relação a uma incorporação dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa em Política Pública Aplicada, porque até então os pesquisadores que, alguns são reconhecidos internacionalmente e que que reconhecidamente competentes, eles faziam um tipo de pesquisa que nem sempre era incorporada dentro daquilo que a gente fez. E acho que o que o Plano de Manejo trouxe o IPA para dentro das políticas e, a partir do Comitê, eu acho que que virou moda, então eles chegaram muito mais próximos da gente, eu acho que isso foi um avanço imenso nos nossos trabalhos em geral. Então, eu quero aqui realmente trazer o meu testemunho de que essa equipe tem sido importante para o Sistema Ambiental Paulista. É óbvio que nós vamos ter aqui algumas dificuldades, alguns problemas, algumas dificuldades de entendimento. A gente está tratando com o uso e ocupação de solo e a gente que já trabalhou muito com isso, sabe que é sempre um problema, porque nós estamos lidando com o setor econômico, que tem às vezes outros objetivos do que aquela restrição. Então, nós não trabalhamos só dentro das Unidades de Conservação de Proteção Integral, porque a gente também trabalha nas Zonas de Amortecimento, e aí a gente tem o tempo todo, com certeza uma série de conflitos que a gente precisa estar ajustando. Mas a minha fala, eu não costumo falar muito aqui, essa história da gente ficar antigo, você começa a falar: quando era não sei da onde, eu não faço isso, mas hoje eu não posso deixar de realmente parabenizar o trabalho da Fernanda, da Comissão da Fundação Florestal e de todo o grupo que atua, a CPLA sempre teve uma atuação importante nesse grupo e acho que eles merecem todos os parabéns e a ajuda que a gente possa dar, não só na CTBio, que aí os conselheiros terão toda possibilidade de estar ajudando a fazer aqueles ajustes, dependendo da especificidade de cada uma das Unidades. Meus parabéns Fernanda, e torço por vocês.

03:17:34 Naiana Lanza: Obrigada, Lúcia. Passo então agora o conselheiro Leduc.

03:17:38 Eduardo Leduc: Boa tarde. Parabéns a todos envolvidos. Realmente é muito bacana ver e a gente imagina o volume de trabalho que tem por trás disso. Um trabalho que traz engajamento, capacitação, priorização, envolvimento de um monte de gente, terceiros envolvidos. Ou seja, é uma coisa, assim, que tem que funcionar. E eu tenho um exemplo prático disso no Plano de Manejo, que foi feito da Unidade de Conservação de Caraguatatuba, do Parque Estadual, que pega ali no norte de Caraguatatuba e vai até ali perto do Núcleo Virginia. Vocês têm um Plano de Manejo em que classificam, inclusive, uma área que está pintada em vermelho como de alta priorização, de preservação. E esta área que vocês mapearam, já acho que foi em 86 ou 96, o Plano de lá, ele, inclusive, que tem umas partes que parecem uns cânions, então tem umas partes que não estão dentro da

Unidade de Conservação, porque não tem cota não e estão abaixo da cota 100, mas vocês deixaram muito bem marcada já uma área na Zona de Amortecimento que tinha igual prioridade, digamos assim, de preservação. Está em vermelho porque número de espécies em extinção que estão lá, nível de preservação, fragilidade que existe na área, vários critérios estão todos lá, mas o que eu quero te falar é que o uso desse Plano de Manejo por nós, na sociedade civil, foi fundamental para a gente conseguir manter preservadas várias partes daquele trecho, porque a gente conseguia mostrar com base para as autoridades e empreiteiras, e tudo mais, que aqui estávamos diante de uma área de alta sensibilidade e de alto nível de prioridade de preservação, com todos os critérios. Aquilo não está desenhado daquele jeito por acaso. E, inclusive, uma área fora que queriam construir, que você já tinha mapeado como fundamental para a preservação. Então, a gente usou muito e todos ali defendem muito que a gente trabalhe esse plano. A minha pergunta vai no sentido de vocês identificam, nesse processo, novas áreas, como essa que eu dei o exemplo, que tem ali um trecho que não é grande, mas que vocês já apontavam, que deveria também ser preservado, está na Zona de Amortecimento, mas vocês indicam essas áreas que poderiam se agregar às Unidades de Conservação, porque no Plano de Manejo vocês identificam a sua fragilidade e o risco que elas colocam a Zona, a área de Conservação? E aí, qual seria o processo para acontecer isso? Parte de quem, como que a gente pode contribuir no processo de uma área muito sensível, que deveria ser acoplada a uma Unidade?

03:20:34 Fernanda Lemes de Santana: Pergunta difícil, Leduc, mas eu vou tentar resumir. Eu acho que assim, a metodologia prevê na etapa de caracterização. Acho que, antes de qualquer coisa, a delimitação da área de abrangência dos estudos. Quando nós iniciamos o roteiro, nós decidimos seguir o que está posto na resolução e trabalharmos inicialmente com três quilômetros de área de abrangência e não sair estudando absolutamente tudo, até para que a gente conseguisse objetividade. Então, a gente começa com três quilômetros pensando em em torno de UC. Quando a gente fala de proteção integral, quando a gente fala de uso sustentável, o território é o território protegido, não tem entorno, percebe? Então a gente acaba trabalhando a própria... eu vou chegar aí. Então, na etapa de caracterização, que é a etapa onde os pesquisadores, técnicos, inclusive o território que envolve a universidade, pesquisadores externos, a gente trabalha sim a análise do meio físico, biótico, antrópico, como o próprio Nalon trouxe. Durante as análises, nesse entorno, a gente pode sim, identificar áreas passíveis de uma conservação maior do que aquela da categoria que a gente está trabalhando. E a gente tem um setor na Fundação Florestal que trabalha esse assunto, ou seja, ampliação de novas Unidades, portanto, criação de novas Unidades ou ampliação daquelas que já existem. Então, a gente trabalha de forma muito integrada. O Plano de Manejo, indica. Então, eventualmente, a gente já pode trazer a indicação de algumas áreas. O aprofundamento desse assunto vai para um setor específico, o Plano de Manejo não fica trabalhando o detalhamento necessário para fundamentar a ampliação ou criação de nova UC, isso precisa ser trabalhado por uma equipe específica. Mas a gente tem isso muito em mente do ponto de vista metodológico. Isso a gente trabalha, com certeza.

03:22:36 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Vamos seguir aqui. Eu vou sugerir fazer um bloco com o pessoal que está online, três pessoas inscritas, aí a gente faz isso. Peço a colaboração de todo mundo, objetividade nas falas, para a gente ir encaminhando para o encerramento em instantes. Então, por favor, Cris Murgel, e, na sequência, Paulo do Rêgo, e depois a doutora Tatiana Barreto, por gentileza.

03:22:58 Cristina Murgel: Boa tarde a todos. Eu acho que não poderia deixar aqui de dar o meu testemunho. Eu acho que a Lúcia me deu a licença para usar aqui os cabelos brancos e o tempo que a gente viveu acompanhando esse assunto, eu gostaria aqui de primeiramente parabenizar a SEMIL, a Fundação Florestal, na pessoa da Fernanda. Fernanda sempre foi muito lutadora por esse assunto e por essa temática, e eu particularmente acompanhei todo esse processo. E eu acho, Lúcia, complementando tudo isso que você trouxe, eu acho que um ganho fundamental foi a interlocução com o setor produtivo. Antes de 2016, o setor era extremamente reativo a Plano de Manejo e passou a ser um contribuinte, porque ele começou a entender a lógica, começou a ter segurança no processo. Hoje, o processo tem rito, ele tem regras, tem fases estabelecidas. E se nós pudermos, eu hoje aqui pela FAESP, falo aqui pela instituição, que é mais fácil de você internalizar toda essa temática e entender a convivência desses espaços, e é mais fácil levar as nossas contribuições, porque o processo está regrado. Antes de 2016, nós tínhamos diversos planos com diversas normas diferentes sobre os mesmos temas, com abordagens muito distintas e o território era muito difícil de ser até entendido onde se queria chegar. Eu acho que o roteiro metodológico, o uso da equipe do próprio Estado se dedicando à elaboração desses Planos, a pesquisa chegando junto, às fases estabelecidas para que as comunidades, e aí falo de todas elas, não só as comunidades locais, mas aqueles que também vão ser indiretamente afetados pelas normas que trazem esses instrumentos, tudo isso foi possível a partir do momento que esse processo se estabeleceu. E eu acho que hoje ele é um processo sem volta. Eu acho que hoje ele está mais do que consolidado. Nós, do setor produtivo, muitas vezes temos que fazer o contraponto. É necessário fazer esse contraponto, e que bom que ele existe. E eu queria ressaltar aqui o papel desse conselho e da CTBio na construção também de todo esse processo. Eu lembro que, e aqui não quero ser saudosista, mas quando se implementou o Comitê, a reunião exaustiva que tivemos lá na CTBio para entender o que seria o Comitê. A resistência inicial a esse comitê e como ele funcionou bem, e como ele tem funcionado bem. Hoje ele é uma referência para CTBio, a CTBio já recebe algo que já foi mastigado, que já foi trabalhado e é mais fácil para todo mundo desenvolver o que não sabe. Então eu queria deixar esse testemunho, um testemunho que não é de dentro da casa, que é de fora, do outro lado do balcão, mas que eu acredito que é importante, porque talvez é essa mensagem, do lado de fora, é muito bem recebido esse trabalho, um trabalho da Fundação Florestal, o trabalho dos Planos de Manejo e estejam certos que se trazemos contrapontos é no sentido da contribuição e de que a gente realmente chegue em normas efetivas para esses territórios protegidos. Então, parabéns a todos.

03:27:19 Naiana Lanza: Obrigada, Cris. Agora eu passo a palavra ao senhor Paulo do Rego.

03:27:36 Paulo do Rego: Não poderia deixar, também, de parabenizar e lembrar que também participei da formação dos Planos antigos e dos grandes embates que se seguiam, os questionamentos das diversas metodologias. Não tinha uma unificação de metodologia, e trazer para o governo a condução do Plano de Manejo é um ganho substancial para a sociedade. E eu já eu dizia naquela época que pior do que é ter um Plano de Manejo a ser retificada é não ter um Plano de Manejo, pois já tínhamos várias unidades tradicionais que não existiam o menor regramento, porque ficava se questionando firulas, às vezes, e trazendo ao processo gastos descomunais para o Estado. Mas a minha fala vem aqui só de um questionamento, eu estava observando na fala da Fernanda que existe a questão das ações civis públicas e elas são um impedimento e elas acabam mudando o cronograma. E a primeira pergunta que eu faço: é essa mudança se dá pelo mero ajuizamento de ação civil pública ou ela se dá após uma liminar ou sentença transitada em julgado? E outro ponto que é a questão

de que forma está sendo questionado pela Procuradoria a questão de furar a fila de um cronograma pré-estabelecido, em que existe uma graduação estabelecida pela Fundação e que ela não deveria estar sujeita a mudança de cronograma por causa de uma ação. Então, eu acho que isso é uma questão a ser levantada em juízo, é uma mudança que eu acho que não pode haver do cronograma, em função de uma ação que muda a natureza daquilo que está tecnicamente sendo desenvolvido. Então, eu acho que esse é um questionamento que tem que ser feito no Judiciário, seja nas próprias ações civis públicas, seja através de ofícios, pelo Ministério Público e pelos juízes competentes. Obrigado.

03:30:01 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passo a palavra agora a doutora Tatiana Barreto Serra.

03:30:07 Tatiana Barreto Serra: Obrigada. Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o trabalho que tem sido feito pela Fundação Florestal. A Fernanda sabe a admiração pessoal que eu tenho pelo trabalho dela e por toda a equipe que não poupa esforços na realização desse importante e árduo trabalho, que é a realização de um Plano de Manejo e de uma Unidade de Conservação. Considerando a menção à ação civil pública, até o conselheiro falou do recuo feito anteriormente a mim, eu quero colocar aqui que várias dessas ações, se não todas, Fernanda, são propostas pelo Ministério Público. A gente vem, de maneira muito próxima, e muito intensa desde 2019, acompanhando esse cronograma, o que eu falo de maneira muito próxima, mas intensa, porque a gente acompanha a realização dos Planos de Manejo desde a Lei do Snuc, então, a partir da criação do Marco Legal definido, cinco anos da data da criação da Unidade de Conservação, o Ministério Público vem exigindo a existência desse Plano de Manejo, porque é um instrumento não só fundamental para organização da Unidade de Conservação, mas para preservação de direitos e para, também, a minimização de conflitos que ocorrem no seu seio. Então, nesse sentido, desde 2019, o Ministério Público trava uma conversa muito aberta com a Fundação Florestal. Não foi uma, nem duas reuniões realizadas com o objetivo, justamente, de estabelecer o cronograma e, mais que isso, de atendimento fiel a esse cronograma. No passado, já se verificou, não por ocorrência de intervenções por parte do Ministério Público, o que aqui foi resumido no termo ajuizamento a Ação Civil Pública, mas sim por questões internas, de elaboração desses Planos, foi verificado que o cronograma não se concretizou. O Ministério Público também tem, não só um compromisso interno, mas também mandamentos, por força da Corregedoria Interna, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, que tem esse tema dos Planos de Manejo e Unidades de Conservação como um tema prioritário da nossa atuação, de modo que nós não podemos nos esquivar da adoção de medidas cabíveis, sejam elas judiciais ou não, para a concretização desse objetivo final. Desse modo, reforço aqui a abertura completa do Ministério Público, a Fernando, o Rodrigo sabem disso, que temos reuniões recentes. Abertura do Ministério Público para dialogar em relação a qualquer ação que esteja proposta. E aqui, obviamente, e já falando com o conselheiro Paulo do Rêgo, a alteração, eventualmente, ocorre por força de uma ordem judicial que determina assim a execução do Plano de Manejo, considerando os argumentos fixados na ação civil pública, com amplo contraditório, oportunidade da Fundação Florestal, da Procuradoria Geral, que já consignaram a existência desse cronograma, de todas essas questões. Então, para finalizar a minha fala, venho aqui colocar o Ministério Público total abertura para a continuidade desse diálogo. Não obstante, a gente vai, por meio dos nossos promotores de justiça, notadamente do GAEMA, continuar no nosso trabalho incansável também, de buscar a proteção ambiental ao lado de todos que estão aqui neste conselho, de todos que participam da nossa sociedade. Obrigada.

03:34:20 Naiana Lanza: Obrigada, doutora Tatiana. Passo a palavra a Fernanda para os comentários finais, e depois para o Jonatas.

03:34:39 Paulo do Rego: Posso só dar uma resposta à doutora Tatiana? Em momento nenhum questiono a ação do Ministério Público. Eu simplesmente questionei é que muitas vezes o Ministério Público nem tem o conhecimento do cronograma e ele entra por uma demanda específica.

03:34:46 Tatiana Barreto Serra: Nós temos conselheiro, nós temos. Esse diálogo é muito antigo, nós temos.

03:34:52 Paulo do Rego: É que a gente sabe que às vezes tem os promotores independentes das comarcas que fazem essa gestão. Essa minha fala foi nesse sentido.

03:34:59 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Por favor, Fernanda.

03:35:03 Fernanda Lemes de Santana: Bom, acho que antes de mais nada, agradecer a todos. Acho que vale aqui um esclarecimento com relação ao MP, acho que a doutora Tatiana colocou de forma muito clara. Realmente, nós temos uma aproximação desde 2016, o MP sim é parceiro. Eu acho que assim a gente faz as conversas, realmente, fizemos reuniões recentes para a gente conseguir entender como atender todos, porque nós estamos falando de várias regionais e demandas específicas. Eu acho, doutora, já, eu não combinei com o meu chefe, mas eu vou colocar, acho que muito importante. Das ações que nós temos, talvez valesse a pena, junto com o nosso jurídico, e se você me permite, talvez conversar com o juiz, porque de algumas ações que nós temos em andamento, vários Planos estão em execução e eles já estão prestes a ser entregue, percebe? Então assim, eu acho que tem aí uma preocupação, mas várias ações já são dos Planos que nós estamos trabalhando. Novas ações, eu acho que isso sim traz um adicional ao trabalho que está sendo feito. Acho que só a título de registro, e manter o nosso cronograma seria algo muito importante. Eu acho que a gente pode sempre manter esse diálogo com o MP, que nós temos, de tentar alinhar essas demandas regionais. Seguir o cronograma seria o melhor para todos. E, por fim, eu acho que agradecer, acho que a Lúcia trouxe, Lúcia, eu não trouxe o detalhamento, porque eu tinha um tempo de apresentação, mas eu gostaria muito de agradecer aqui a participação de todos. Pensando sim, num comitê, que começou em 2016, e que evoluiu muito do ponto de vista de conhecimento, de aprendizado, de trocas, de integração. E é muito lindo ver, gente, chegar no território com material alinhado e você chegar e falar o seguinte: o que temos aqui é o resultado de uma integração, é esforço de todos, todos que têm outras atividades para serem feitas. Então eu quero, em nome da equipe, de todos, agradecer, agradecer a oportunidade de estar aqui e falar da importância das equipes técnicas e força. Vamos lá. E isso.

03:37:18 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Passo a palavra agora ao subsecretário Jônatas Trindade para suas considerações.

03:37:24 Jônatas Trindade: Obrigado, Fernanda, pela apresentação e pelas respostas. Eu acho que esse pedido, ou essa apresentação foi feito muito na necessidade, acho que de prestar contas, primeiro, dar transparência em relação ao desenvolvimento do trabalho que vem sendo feito pela Fundação, consorciada com todo mundo, com toda a estrutura do Estado. E aí, para explicar a complexidade também da elaboração de um Plano de Manejo, explicar que realmente a questão de um planejamento, se a gente conseguisse cumprir

fielmente, seria o mundo dos sonhos de todo o mundo, mas gente sabe também que os atrasos ocorrem de diversas formas, seja por meio de uma pandemia, seja em decorrência do próprio processo, que é um processo complexo, que demanda interlocução, que demanda participação social, e isso impacta diretamente qualquer planejamento, não tem como. E aí a lógica da discussão e apresentação foi muito nesse sentido, de trazer essa transparência, mostrar também, de uma certa maneira, o trabalho técnico que é realizado em dependência técnica. A minha participação como supervisor desse processo e muito de tentar colaborar pontualmente com conhecimento também que eu tenho, tecnicamente, mas o trabalho grosso, do trabalho é realmente feito por vocês em colaboração e com toda a estrutura que participa desse processo. E explicar que essas intercorrências fazem parte do processo. Os atrasos em decorrência da necessidade de uma nova consulta, a questão das ações judiciais também, que são legítimas dentro do que a legislação estabelece, do prazo que deveria estar cumprido a elaboração desse Plano de Manejo. Mas assim, o que a gente gostaria muito é de diminuir, na lógica do que o Fernando colocou, eu acho que ela foi muito feliz na fala, e não foi combinado, não foi tratado, mas é combinar e mostrar e dar transparência, e dar concretude a esse processo junto com todos os atores que participam desse processo, seja o Ministério Público no meio da fiscalização e da competência própria, seja da sociedade civil. Realmente ter essa parceria para que a gente consiga avançar com esses Planos, porque é um trabalho que merece essa atenção, pela importância que o Plano de Manejo tem na gestão das Unidades. Então, acho que era reforçar a disponibilidade da Secretaria nessa construção, nesse trabalho conjunto, com apoio de todos nesse processo. E o CONSEMA, com certeza é o principal ator, um dos principais atores, além das comunidades, nessa construção e na possibilidade de realmente entregar Planos qualificados, com muito critério técnico e participação social. Então, agradecer a participação de cada um, a paciência pelo tempo despendido aqui no dia de hoje e falar que fico muito feliz pela aprovação dos dois Planos e a possibilidade da Fundação também apresentar, de todo o esforço que vem sendo feito na construção dos demais Planos. Obrigado pessoal, boa tarde e até a próxima reunião.